

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 18

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Alerta: informação de que INSS vai bloquear benefício de quem não tiver documento com biometria é falsa

.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
REFORMA TRIBUTÁRIA

IBS e CBS: quem ficará com os ganhos e as perdas nos contratos já assinados?..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Durigan prevê em breve MP com alíquotas de novo tributo.....5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

No Piauí, Fonteles ampliou investimentos e tenta retomar superávit.....6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Os desafios demográficos e a força da geração de ouro.....8

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Lula estuda criar piso salarial nacional para a PM.....10

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

EUA concederão visto a Flávio..... 11

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Cúpula da campanha fala em surpresa.....13

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Ministro Fachin manda arquivar casos derivados do inquérito das fake news..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Trump ainda está longe da meta de entregar país sem guerra e sem inflação..... 16

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda inquérito que mira ligação entre Flávio Bolsonaro e Willer Tomaz (Polícia Federal)

..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo tem até terça-feira para editar MP do "imposto do pecado"..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por previsibilidade, indústria cobra definição rápida de tributo.....22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Exportação de calçados cai 15,6% este ano.....23

Quarta-Feira, 28 de Outubro de 2026

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacote de bondades do governo tem R\$ 45 bi por ano até 2030.....25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Apreensão de brinquedos soma R\$ 48,7 milhões este ano.....27

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Leilão de transmissão terá oito lotes e R\$ 8,9 bi em investimento.....29

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Split payment começa em agosto de 2027 e deve ser obrigatório em até dois anos.....31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Proibição das bets por medida provisória: como ficam os estados e os operadores?.....33

O ESTADO DE S. PAULO - JORNAL DO CARRO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para executivo da VW, é preciso aprender com os chineses.....35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo prorroga subvenção ao diesel e medida custará R\$ 10,5 bi.....37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação da indústria acelera e vai a 1,54% em setembro.....39

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarcísio fala em "forçada direita" e prega oposição a Lula.....40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Analistas reveem projeções para bancos após reeleição.....42

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com força nos EUA, Gerdau prepara plano para Brasil.....43

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Otimismo com IA impulsiona ações em NY antes de decisão do Fed.....45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Tesouro socorre mercado de juros com recompra de R\$ 31 bi.....46

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Janela para rearranjos das forças de esquerda e direita.....48

Alerta: informação de que INSS vai bloquear benefício de quem não tiver documento com biometria é falsa

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) esclarece que são falsas as informações divulgadas na internet de que os beneficiários do instituto precisam providenciar um documento com biometria cadastrada até 20 de novembro para não terem seus benefícios bloqueados. O alerta de que se trata de um boato foi feito pelo próprio órgão.

O **INSS** acrescenta que a exigência de biometria vale apenas para pedidos feitos de 21 de novembro de 2025 para cá, não atingindo os antigos segurados.

Não precisa ir às agências do **INSS** para fazer cadastro biométrico , reforçou o instituto.

O cadastramento da biometria - que consiste na coleta das digitais e registro da fotografia - é feito quando a pessoa solicita a emissão de algum documento oficial, como a Carteira de Identidade Nacional (CIN), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou o título de eleitor.

Também é importante esclarecer que, apesar da exigência da biometria para os pedidos de benefícios feitos a partir de 21 de novembro do ano passado, ainda assim a legislação considera algumas exceções. Ficam dispensados dessa obrigação:

Também estão isentos da obrigatoriedade do registro biométrico os segurados que solicitam salário-maternidade, benefícios por incapacidade e pensão por morte.

De acordo com o **INSS**, o cadastramento biométrico é um procedimento diferente da prova de vida. Atualmente, a comprovação de que o segurado está vivo é feita pelo órgão previdenciário, de forma automática, por meio do cruzamento de informações das bases de dados do próprio governo, sem nenhuma participação do segurado.

Somente quando as informações encontradas pelo **INSS** são inconsistentes, o cidadão é informado de que precisa tomar alguma providência. Mas essa comunicação com o beneficiário é feita somente pelos canais oficiais do **INSS** ou do governo federal.

Diante disso, não é necessário ir a uma agência do **INSS** para fazer a prova de vida ou apresentar biometria apenas em razão de mensagens que circulam na internet.

Em caso de dúvida, basta consultar o site ou o aplicativo Meu **INSS** ou ligar para a central telefônica 135.

O **INSS** alerta ainda que não envia nenhum servidor à casa do cidadão para fazer a comprovação de vida nem solicita senhas, dados bancários ou transferências de dinheiro.

Outra dica importante é que as pessoas jamais cliquem em links desconhecidos enviados por mensagem de texto ou e-mail, pois os golpistas criam páginas falsas para capturar dados pessoais e bancários com o intuito de realizar fraudes.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/10/28/alerta-informacao-de-que-inss-vai-bloquear-beneficio-de-quem-nao-tiver-documento-com-biometria-e-falsa.ghtml>

IBS e CBS: quem ficará com os ganhos e as perdas nos contratos já assinados?

A transição para o IBS e a CBS, os novos **tributos** sobre o consumo criados pela **Reforma Tributária** sobre o Consumo, deve ampliar as disputas sobre contratos empresariais de médio e longo prazo. Contratos longos de fornecimento, distribuição, prestação de serviços, locação, construção e concessões atravessarão a transição da **Reforma Tributária**, entre 2026 e 2032, no qual os **tributos** atuais coexistirão com o IBS e CBS.

E há uma questão que ganha espaço à medida que o novo sistema entra em funcionamento: quem ficará com a diferença econômica produzida pela reforma nos

contratos já assinados? O IBS e a CBS trazem uma lógica diferente de tributação, com alterações nas regras de não cumulatividade, apropriação de créditos, formação do preço e benefícios fiscais, entre outros elementos da equação original.

A discussão não será resolvida apenas pela comparação das alíquotas. A análise da carga efetivamente suportada pela empresa dependerá dos créditos que poderão ser apropriados, da composição de seus custos e dos impactos na cadeia de fornecimento.

Cláusulas sobre responsabilidade tributária, formação de preço e equilíbrio econômico-financeiro podem produzir efeitos

distintos. Se a reforma aumentar de forma comprovada a carga tributária e romper a equação originalmente contratada, poderá haver espaço para recomposição. Se reduzir o custo tributário, a mesma lógica poderá operar em sentido inverso.

Nos contratos com a Administração Pública, já há previsão legal de ajustes quando houver alteração da carga tributária efetivamente suportada em razão do IBS e da CBS, desde que comprovado o desequilíbrio.

Nos contratos privados, a redação das cláusulas contratuais será de vital importância. Cláusulas de true-up, repasse de créditos, transparência fiscal e vedação à revisão

unilateral podem ajudar a distribuir riscos e reduzir controvérsias.

Cada contrato deve ser analisado individualmente. É preciso definir quem suporta alterações tributárias, como serão tratados créditos e benefícios, quando uma alteração será considerada relevante e como eventual reequilíbrio será calculado.

A **Reforma Tributária** sobre o Consumo não está apenas mudando a forma de calcular **tributos**. Também está redistribuindo ganhos e perdas, inclusive em contratos já estabelecidos. Identificar quem deve suportar essa diferença pode ser tão importante quanto calcular o próprio IBS e a CBS.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/10/01/all.pdf>

Durigan prevê em breve MP com alíquotas de novo tributo

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nesta terça-feira (27) que o governo federal deverá enviar ainda nesta semana a medida provisória (MP) que estabelecerá as alíquotas do Imposto Seletivo.

A edição da medida provisória foi adiada para depois das eleições por receio da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de o tema ser usado eleitoralmente. Para que a cobrança do tributo

o pudesse começar em 1 de janeiro de 2027, o governo precisaria ter publicado a medida até 2 de outubro, em razão da regra da noventena, que exige um intervalo de 90 dias entre a publicação da norma e o início da cobrança.

Criado pela **reforma tributária** sobre o consumo, o Imposto Seletivo incidirá sobre veículos, embarcações, aeronaves, cigarros e outros produtos de tabaco, bebidas alcoólicas e bebidas açucaradas. As bets também estavam previstas entre as atividades sujeitas ao tributo, mas foram posteriormente proibidas pelo governo.

Diante do atraso, o Executivo pretende propor, por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a prorrogação da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) até 31 de janeiro de 2027. A extensão seria restrita aos setores alcançados pelo Imposto Seletivo, para evitar um intervalo sem tributação até o início da cobrança do novo imposto.

Segundo fontes a par das discussões, a Fazenda concluiu as negociações com os setores afetados sobre o conteúdo da MP e decidiu manter os termos acordados independentemente do resultado das eleições.

No Piauí, Fonteles ampliou investimentos e tenta retomar superávit

THAÍS BARCELLOS thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Cotado para Fazenda, governador dobrou arrecadação e elevou aporte em infraestrutura, mas estado só deve voltar ao azul em 2029

Cotado para o Ministério da Fazenda no quarto mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), obteve à frente do estado um forte crescimento da arrecadação pública, que possibilitou uma ampliação significativa dos investimentos, mas com resultados primários negativos nos últimos anos. Neste ano, o estado adotou uma regra fiscal que limita o crescimento das despesas, em uma tentativa de retomar os superávits fiscais.

O endividamento também subiu nos últimos anos, acompanhando a ampliação do espaço fiscal, com a perspectiva de mais receitas nos próximos anos. A capacidade de pagamento (Capag) do Piauí, principal indicador para medir o risco de crédito para concessão de novos empréstimos com garantia da União, melhorou e está em B+ em uma escala que vai de A a D. O estado também conseguiu uma reestruturação da dívida, com ampliação dos prazos e concessão de carência, no ano passado.

Fonteles caiu nas graças de Lula no segundo turno da campanha presidencial. Ele foi um dos incentivadores de que o presidente usasse mais a comunicação nas redes, por exemplo. Formado com láurea acadêmica em Matemática com apenas 19 anos e com mestrado em Economia Matemática pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), o governador é visto como um quadro técnico dentro do PT. No mercado financeiro, os interlocutores que o conhecem elogiam o seu trabalho.

No Piauí, Fonteles assumiu como secretário da Fazenda com 29 anos de idade, em 2015, e ficou até 2022 no cargo, quando se candidatou e foi eleito como governador do estado. Neste ano, foi reeleito no primeiro turno, com 70,9% dos votos válidos, o maior percentual do país.

AUMENTO DE RECEITA

O governador petista conseguiu um aumento

significativo das receitas. Em 2022, foram R\$ 15,9 bilhões, dos quais R\$ 8,2 bilhões em arrecadação própria. O valor total praticamente dobrou em 2025, para R\$ 30,2 bilhões, dos quais R\$ 19,49 bilhões em receitas próprias.

Segundo André Aranha, coordenador de Análise Fiscal Estadual no Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (Cicef), esse desempenho se deve aos ganhos na fronteira agrícola de Matopiba, região de produção agropecuária entre os estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

A terceira edição do Boletim Fiscal do Cicef em parceria com o Comsefaz - que reúne os secretários de Fazenda das 27 unidades da federação -, mostra que, no Piauí, a taxa média anual de crescimento real (acima da **inflação**) da Receita Corrente Líquida foi de 6% entre 2019 e 2025.

De outro lado, um estado na fronteira agrícola precisa de muito investimento em infraestrutura e logística para se manter competitivo, afirma Aranha, algo que foi um dos focos de Fonteles, tanto como secretário quanto como governador.

Anunciado logo no primeiro ano de mandato do petista como governador, o programa Pro Piauí previa R\$ 110 bilhões em investimentos de 2023 a 2026. Na área de infraestrutura, foram concluídas estradas, como a Transcerrados, e o porto de Luís Correia, depois concedido para a iniciativa privada. Houve também a expansão do metrô de Teresina. Outra concessão foi a de saneamento básico.

Assim, o investimento piauiense saiu de 8% da receita total no quarto bimestre de 2017 para 15% no mesmo período de 2026, segundo o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Tesouro. Na média de 2019 a 2025, segundo o Cicef, o Piauí teve a maior participação no investimento total dos estados brasileiros, de 15,2%.

Outras despesas, por outro lado, caíram em relação à receita, embora os gastos totais tenham aumentado. No caso de pessoal, o percentual caiu de 63% no quarto bimestre de 2017 para 38% agora em 2026.

- As receitas na fronteira agrícola crescem muito rápido, então reduz proporcionalmente o pessoal, se a

contratação e os salários não crescerem tão rápido quanto a arrecadação - explica o especialista.

A despesa total, no entanto, saiu de R\$ 17,6 bilhões em 2022 para R\$ 30,6 bilhões em 2025. Assim, o ano passado terminou com um déficit fiscal de R\$ 1,25 bilhão. As contas do estado só devem voltar ao azul em 2029, de acordo com estimativas da secretaria de Planejamento.

Nesse contexto, o estado adotou este ano uma regra fiscal que limita o crescimento das despesas a 70% da receita ou 2,5% ao ano além da **inflação** - o que for menor. Também estabelece gatilhos para descumprimento da meta fiscal, que impedem crescimento de despesa com pessoal

Quanto ao nível de endividamento, dados do Tesouro Nacional mostram que, desde 2023, o Piauí pegou R\$ 15,2 bilhões em empréstimos com a aval da União. A aranha, contudo, destaca que parte das operações foi de reestruturações importantes de passivos anteriores, com alongamento de prazos e carência.

DÍVIDA MAIOR

A dívida consolidada líquida atualmente é de R\$ 13,6 bilhões, ou 63% da Receita Corrente Líquida, dentro dos limites permitidos pelas regras fiscais, bem longe do limite de alerta, que é de 180%. No final de 2022, era de R\$ 6,89 bilhões, ou 51% da RCL.

- No Norte, Nordeste e Centro-Oeste, muitos estados estão fazendo muitas operações, aproveitando que possuem um grande espaço fiscal, com a perspectiva de receitas crescendo bastante no futuro.

Em entrevista ao Jornal da Globo, na segunda-feira, Fonteles foi perguntado se admite a possibilidade de trocar Teresina por Brasília. Ele disse que nunca tratou disso com Lula:

- E eu acho que na História do Brasil nunca houve um caso de um governador recém-eleito ser convidado para ser ministro de Estado. Por isso que eu nem penso nessa possibilidade.

A gestão do petista no Piauí também é marcada por forte digitalização de serviços públicos. O governador costuma destacar, em conversas, que o estado tem o maior percentual de matrículas de ensino em tempo integral no Ensino Médio em todo o país e programa de combate ao furto de celular.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Os desafios demográficos e a força da geração de ouro

A estrutura demográfica brasileira passa por uma transformação profunda e acelerada. Essa mudança estrutural redefine totalmente os rumos das políticas públicas e da economia nacional. Portanto, o crescimento acelerado da população idosa no Brasil exige respostas urgentes e bem planejadas por parte do Estado.

Avanço acelerado

De acordo com dados do Censo do IBGE de 16 anos atrás, o país registrava pouco mais de 20,5 milhões de idosos. Em contrapartida, os resultados definitivos do Censo de 2022 revelam que esse número saltou para 32.113.490 pessoas. Consequentemente, o contingente de cidadãos com 60 anos ou mais cresceu mais de 56% nesse período. Assim, esse grupo alcançou a marca de 15,6% da população total do país.

Levantamentos estatísticos mais recentes do IBGE demonstram que essa parcela continuou a avançar rapidamente. Atualmente, os idosos já atingiram a expressiva marca de 16,6% da população nacional. Por conseguinte, esse novo perfil social impõe desafios complexos e imediatos para todas as esferas de governo.

Especialistas em demografia e saúde pública destacam o aumento expressivo da longevidade no país. Com efeito, a expectativa de vida ao nascer já supera os 76 anos de idade. No entanto, essa maior longevidade traz consigo uma prevalência elevada de doenças crônicas. Dessa forma, o país exige um sistema de saúde pública estruturado para o atendimento especializado e contínuo.

Força eleitoral

3

Paralelamente às transformações demográficas, a participação política da terceira idade atingiu um nível histórico inusitado. Dados atualizados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que o eleitorado com 60 anos ou mais superou 37,4 milhões de votantes. Consequentemente, esse grupo representa cerca de 23,2% de todo o eleitorado apto no país.

Dessa maneira, a chamada Geração de Ouro

ultrapassou com folga o contingente de jovens eleitores de 16 a 24 anos. Atualmente, os idosos representam quase o dobro dos votantes jovens nas urnas. Portanto, a importância das eleições passa inevitavelmente pelo peso decisivo do voto idoso nas urnas brasileiras.

Mesmo nos casos em que o voto torna-se opcional para pessoas acima de 70 anos, a adesão continua muito elevada. Por isso, candidatos e partidos políticos precisam obrigatoriamente incluir pautas sobre longevidade em suas plataformas governamentais. Afinal, a população idosa no Brasil tem o poder real de definir os rumos das eleições municipais e estaduais.

Pressão sobre a Previdência

Um dos pontos mais críticos do envelhecimento populacional recai sobre o sistema de **previdência social**. Nas últimas décadas, a proporção de pessoas em idade ativa por idoso caiu de forma expressiva. Por essa razão, a expansão da população idosa no Brasil pressiona fortemente as contas públicas. Portanto, os gestores precisam buscar novas fórmulas econômicas para garantir a sustentabilidade de aposentadorias e pensões sem comprometer o orçamento fiscal.

Economistas e gestores afirmam que a resolução do problema exigirá aportes massivos de recursos. Além disso, o cenário atual requer inovações institucionais urgentes no Poder Executivo e no Legislativo. Entre as alternativas debatidas, destaca-se a criação de um ministério exclusivo para a gestão de políticas públicas da terceira idade.

Infraestrutura e cuidados

Do mesmo modo, o planejamento das cidades precisa passar por uma reformulação total. O objetivo principal é acolher os idosos com segurança, dignidade e autonomia nos espaços urbanos. A adaptação da mobilidade urbana e dos transportes públicos torna-se uma premissa fundamental. Essa reestruturação garante a manutenção de bons índices de Desenvolvimento Humano (IDH) nos municípios.

Além do transporte, a demanda por serviços de cuidados de longa duração cresce de forma exponencial. Por conseguinte, o país precisa expandir as redes de apoio domiciliar e as instituições de longa

permanência. Da mesma maneira, as cidades devem oferecer suporte emocional e físico adequado para combater o isolamento social. Os governos devem promover a inclusão ativa por meio de programas de educação continuada.

Ao mesmo tempo, os setores empresariais encontram nesse cenário um nicho estratégico de grande relevância. Empresas investem na adaptação de produtos, serviços e espaços comerciais voltados ao atendimento desse público.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/10/01/all.pdf>

Lula estuda criar piso salarial nacional para a PM

PAULA FERREIRA

Ministério PEC é considerada determinante pelo governo para a criação de uma pasta específica

Pressionada a apresentar respostas para a segurança no País, uma das áreas em que o governo tem as piores avaliações, a equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) discute uma proposta de piso salarial para policiais militares. Conforme Chico Lucas, secretário nacional da Segurança Pública, a ideia em análise é a União ajudar Estados a pagar o piso. Hoje, cada corporação tem seu salário, sem lei que defina padrão nacional. Lucas não aponta, porém, qual seria a cifra e de onde viriam os recursos - economistas preveem restrição fiscal nos próximos anos.

A expectativa é de que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, enviada pelo governo ao Congresso em abril de 2025, ajudaria a liberar recursos. A PEC aguarda votação pelo Senado. A proposta prevê reforçar o financiamento da segurança ao proteger os Fundos Nacional de Segurança Pública (FNSP) e Penitenciário Nacional (Funpen) de bloqueios e contingenciamentos orçamentários. Além disso, promete destinar 10% do superávit anual do Fundo Social do pré-sal à segurança pública entre 2027 e 2029.

Lucas foi chefe da Segurança no Piauí antes de assumir a secretaria nacional, subordinada à pasta da Justiça. Seu nome tem sido cotado como possível titular do Ministério da Segurança, novamente prometido por Lula. "É importante, do mesmo jeito que a educação trouxe o piso salarial aos professores, que os homens e mulheres que dão a vida em troca da segurança da população tenham garantia de que serão remunerados dignamente", disse ao Estadão, na semana anterior ao segundo turno.

"A PEC nesse primeiro momento vai resolver o problema da financiabilidade, mas há, sim, debates de como a gente vai incrementar nos próximos quatro anos medidas para melhorar a qualidade de vida dos policiais."

Em abril, uma PEC fruto de demanda apresentada por cidadãos por meio do e-Cidadania propôs um piso nacional para policiais militares e bombeiros em todo o País. O texto foi aprovado na Comissão de Direitos

Humanos do Senado e aguarda tramitação na Casa.

Antes de ser presidente, Jair Bolsonaro defendeu uma proposta de piso para policiais que tramitava no Congresso desde 2008. Depois de ser eleito para a Presidência, no entanto, Bolsonaro afirmou que "o presidente não pode tudo" e disse que a PEC que havia sobre o tema não tinha como ir para a frente.

O piso dos professores da educação básica foi criado em 2008, no segundo mandato de Lula, com regras para reajuste anual, geralmente com índice superior à **inflação**. Prefeitos, no entanto, têm reclamado de dificuldades orçamentárias para arcar com as folhas salariais e pressionam o governo para flexibilizar a regra.

A aprovação do piso criou impacto, em 2026, de R\$ 8 bilhões, estima a Confederação Nacional dos Municípios. Mas, segundo o Anuário da Educação Básica do Todos pela Educação, três em cada dez municípios não pagam o piso.

MINISTÉRIO. A PEC da Segurança é considerada determinante pelo governo para a criação do ministério da área. Ao Estadão, Lucas atribui à falta de aprovação da PEC o descumprimento da promessa de Lula, feita em 2022, de recriar a pasta. "Sem o modelo em que a União tem esse papel (de coordenadora do sistema nacional de segurança, como prevê a PEC) e sem a financiabilidade, o ministério ficaria esvaziado", disse o secretário. A PEC foi alvo de resistência de governadores, com o argumento de perda de autonomia.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

EUA concederão visto a Flávio

MIGUEL SCHINCARIOL/AFP

Notícia de que o candidato derrotado à Presidência fugiu do Brasil ontem surpreende o país

O governo Donald Trump está ciente da ida de Flávio Bolsonaro aos Estados Unidos e vai conceder vistos ao senador do PL e sua família, autorizando sua permanência no país.

A informação foi confirmada por uma autoridade da Casa Branca à reportagem. Mais cedo, aliados da família Bolsonaro afirmavam que os EUA concederiam asilo ao senador. Há previsão de que Flávio conceda uma entrevista à imprensa nesta quarta-feira, em local ainda a ser divulgado, segundo um aliado.

Duas pessoas ligadas ao clã disseram que Flávio chegou aos EUA nessa terça-feira por volta das 16h20. Ele teria viajado com a mulher, Fernanda, e as duas filhas.

Segundo um americano ligado ao governo Trump e uma pessoa próxima de Flávio que acompanhou a movimentação do senador, a operação para tirá-lo do Brasil teve participação ativa do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio.

Porém, de acordo com uma pessoa próxima ao governo Trump, houve divisão sobre o apoio que seria dado a Flávio. Após as eleições, Trump afirmou que, apesar de gostar de Lula e se dar bem com ele, as eleições pareceram fraudadas. Apesar da acusação, o republicano não apresentou provas e criticou a ampliação do horário de votação no Brasil.

A possibilidade de Flávio sair do Brasil caso perdesse já tinha sido ventilada pelo irmão Eduardo Bolsonaro na semana passada. Em entrevista ao episódio do podcast "Louder with Crowder", Eduardo justificou a posição citando que Lula, durante debate presidencial na Band, no dia 18 de outubro, disse que Flávio Bolsonaro perderia a imunidade caso não fosse eleito.

"Chupa Xandão"

Flávio deixou o Brasil dois dias após perder a eleição presidencial para Lula (PT). O empresário Paulo Geroso, que mora em Dallas e é amigo da família Bolsonaro, publicou um post no Instagram agradecendo Rubio pelo "apoio ao patriota Flávio Bolsonaro. Chupa Xandão".

Ainda de acordo com um aliado, o senador não teria saído pela Argentina, que foi a primeira hipótese aventada por autoridades brasileiras pela manhã. No começo

do dia, pessoas próximas a Flávio diziam desconhecer o paradeiro do senador e ironizaram a possibilidade de uma fuga para os Estados Unidos. "Só se ele estiver louco" ou "está vindo de foguete do Elon Musk" foram algumas das respostas.

Mais cedo, o blogueiro bolso-narista Allan dos Santos falou sobre a fuga. Ele afirmou que não tinha detalhes, mas disse que o senador "tem o dever de proteger" sua esposa e filhas. "Então eu espero, sim, que ele tenha saído do país. Eu não tenho nenhuma informação com certeza, mas eu espero que o Flávio possa ter saído do Brasil."

Depois, Allan disse que Flávio já chegou nos EUA e negou o resultado das urnas, confirmado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que Lula foi eleito. "Eu tava

quieto, na minha. E, vou deixar bem claro para vocês: Lula não é presidente do Brasil. É ilegítimo. Flávio é presidente do Brasil e eu espero que o Flávio crie um governo no exílio."

Governo no exílio

A possibilidade de Flávio manter a oposição enquanto vive nos EUA também foi ventilada por um aliado da família Bolsonaro próximo ao governo Trump. À reportagem, ele disse que o senador vai formar um governo no exílio e que vai ser reconhecido por outros países. Os Estados Unidos e a Argentina ainda não reconheceram a reeleição de Lula.

Outro a comentar a fuga foi o deputado federal Nikolas Ferreira (PL). "Se um candidato a presidente que recebe 60 milhões de votos precisa (supostamente) sair

do país, que segurança tem um cidadão comum que se opõe ao atual regime?", escreveu nas redes sociais.

A decisão de ir aos EUA teria sido tomada na segunda, após o ministro do STF Alexandre de Moraes mandar recolher os passaportes brasileiro e italiano do senador, que tem cidadania do país europeu.

A Polícia Federal cancelou o documento brasileiro de Flávio após o senador não cumprir a decisão judicial. Mas a identidade italiana segue válida. A PF emitiu um alerta para vigiar as fronteiras, mas pode ter sido tarde.

Em meio a repercussão, o deputado democrata Joaquin Castro afirmou que "perder uma eleição não é motivo para asilo. Ainda, a administração está dando a Flávio um refúgio seguro nos EUA. No

Brasil, ele está sob investigação por corrupção e lavagem de dinheiro e teve os passaportes cancelados."

"O governo Trump deve ao Congresso respostas do papel ajudando Bolsonaro a sair do Brasil em contravenção das leis brasileiras", disse Castro.

As investigações contra Flávio

Flávio é investigado em duas ações criminais, sob suspeita de corrupção no âmbito do caso do Banco Master e dos desvios no **INSS**.

Caso fosse eleito, Flávio teria uma imunidade temporária durante o mandato - presidentes não podem ser processados criminalmente por fatos anteriores ao mandato e que não tenham relação com o cargo.

Além disso, perderá o foro especial, ao ver terminar o seu mandato como senador, em fevereiro. É a primeira vez, desde a sua primeira eleição para deputado estadual, em 2002, que ele ficará sem cargo eletivo.

O primeiro inquérito do qual Flávio é alvo trata do pedido de dinheiro a Daniel Vorcaro, do Banco Master, sob a justificativa de financiar o filme Dark Horse, sobre seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Assim como Vorcaro, o senador é investigado sob suspeita de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. O candidato derrotado negou qualquer irregularidade e disse que o filme só tem recursos privados.

Como mostrou o site The Intercept Brasil, Flávio negociou diretamente com Daniel Vorcaro o repasse de pelo menos US\$ 24 milhões (hoje, aproximadamente R\$ 122,7 milhões) para a produção do longa.

Outra investigação trata das relações de Flávio com o advogado Willer Tomaz, amigo do candidato derrotado. É apurada suspeita de lavagem de dinheiro.

Willer teve o celular apreendido na Operação Sem Desconto, que trata de fraudes relacionadas ao **INSS**,

e a análise do conteúdo do aparelho revelou movimentações financeiras suspeitas.

Foi nesse inquérito que Moraes determinou, nessa segunda, a apreensão dos passaportes de Flávio. Também proibiu o contato do senador com Willer.

O fluxo sob investigação inclui plataformas de bets, holdings no exterior e outras empresas vinculadas - formalmente ou com sócios de fachada - ao advogado. A Polícia Federal afirma ter encontrado "diversos elementos que evidenciam uma relação de proximidade entre Willer e Flávio Bolsonaro" (Da Folhapress).

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-2810202607%20-%20db9af5c3b6e19dba3964d7fa74332d0b.pdf?t=1793182308786

Cúpula da campanha fala em surpresa

Integrantes do núcleo duro da campanha de Flávio Bolsonaro (PL) alegam ter sido surpreendidos com a fuga do senador para os Estados Unidos. Em conversas com interlocutores, tentam se desvincular do episódio, negando qualquer tipo de participação ou conivência.

A reportagem conversou com cinco pessoas próximas ao senador, que relataram "nunca ter imaginado" a fuga, especialmente depois que Flávio divulgou um vídeo dizendo que "nunca pensou em sair do país" e se comprometendo a "organizar a oposição" a Lula (PT) no Congresso Nacional.

O político deixou o país menos de 24 horas após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes cancelar os passaportes brasileiro e italiano do senador, que tem cidadania do país europeu.

Ele é investigado em duas ações criminais, sob suspeita de lavagem de dinheiro e outros crimes no âmbito do caso do Banco Master e dos desvios no **INSS**. A partir de fevereiro, quando deixará o mandato de senador pelo Rio, ele perde o foro especial na Suprema Corte brasileira.

Um dos últimos a conversar com Flávio antes do sumiço foi o senador Rogério Marinho (PL-RN). O coordenador político da campanha relatou a um auxiliar ter contatado o amigo por WhatsApp e perguntado se estava tudo bem. O candidato derrotado respondeu que estava "esfriando a cabeça".

Marinho perguntou se procediam reportagens da imprensa argentina sobre a saída do Brasil, mas Flávio parou de falar. Eram

cerca de 8h de ontem. Por volta do mesmo horário, Fernanda Bolsonaro, mulher do senador, respondeu a outro interlocutor dizendo que estava deitada com o marido.

Perplexidade

Advogados de Flávio também afirmam que a fuga ocorreu à revelia da equipe jurídica e que o clima é de perplexidade, pois em uma reunião na tarde de segunda-feira, o senador teria garantido a presença em encontro com a bancada do PL na próxima semana.

Pessoas que acompanharam de perto a pré-campanha e a campanha do congressista não

descartam que os atuais advogados eleitorais desembarquem da defesa do senador, mas que uma medida dessa natureza exige cautela, uma vez que os honorários são pagos com verbas públicas.

Outros dois aliados de Flávio Bolsonaro disseram que já deram por encerradas as participações na campanha no próprio domingo e

que, após uma derrota inesperada, precisam tomar conta das próprias vidas políticas.

Senadores e governadores aliados de Flávio, inclusive o de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), também relataram a auxiliares que não sabiam do plano de fuga e que tomaram conhecimento pela imprensa.

"Eleição acabou"

Poucas horas após a circulação das primeiras notícias sobre a fuga de Flávio do país, Tarcísio publicou um vídeo em que diz que "a eleição acabou" e que é preciso um "projeto de país", mas não tece nenhum comentário sobre a viagem do aliado.

"A eleição passou, mas não passou o desejo de ministérios com gente técnica e séria, de um governo que corte gastos e tire o peso dos **impostos** das costas do cidadão. De um país que não gaste mais com juros da dívida do que com saneamento básico saúde e educação", disse. (Da Folhapress)

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-2810202607%20-%20db9af5c3b6e19dba3964d7fa74332d0b.pdf?t=1793182308786

Ministro Fachin manda arquivar casos derivados do inquérito das fake news

PEPITA ORTEGA pepita.ortega@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Investigações encerradas pelo relator envolvem Eduardo Bolsonaro e pastor Silas Malafaia. Presidente do Supremo também pede informações à PF sobre apuração contra ex-presidente

Da página 1 O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, arquivou ontem investigações derivadas do inquérito das fake news, entre elas uma apuração sobre o pastor Silas Malafaia e outra sobre o ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). O ministro ainda deu cinco dias para que a Polícia Federal preste informações sobre diligências pendentes em uma apuração sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O pedido relacionado ao ex-chefe do Executivo, hoje preso e condenado por crime de golpe de Estado, tem relação com uma investigação que apura o vazamento de informações sigilosas da PF. O inquérito foi aberto após Bolsonaro, quando era presidente, usar um inquérito sigiloso sobre um ataque hacker ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2018 para atacar as urnas eletrônicas.

A investigação em questão foi aberta após o TSE enviar ao Supremo uma notícia-crime contra Bolsonaro. Na época, a Corte destacou que o ataque hacker investigado pela PF não gerou qualquer risco ao pleito de 2018. O pedido de investigação foi feito uma semana após o ex-presidente ser incluído no inquérito das fake news.

Após a PF prestar informações sobre eventuais medidas pendentes de cumprimento no inquérito, o caso que implica também o senador eleito Filipe Barros (PLPR) será enviado à Procuradoria-Geral da República (PGR). O órgão terá de dar um parecer sobre a continuação da investigação ou seu arquivamento.

NOVO RELATOR

O pedido de informações e o encaminhamento à PGR seguem um procedimento que tem sido adotado por Fachin para fazer um "pente-fino" nas investigações relacionadas ao inquérito das fake news. O presidente do STF assumiu a relatoria do caso em meio à crise

aberta na Corte com a troca de acusações entre os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça.

A mesma medida foi adotada por Fachin nas investigações que o presidente do STF decidiu arquivar. O ministro encerrou três casos: uma investigação sobre Malafaia; uma apuração sobre o escritor Guilherme Fiuza; e uma investigação sobre Eduardo Bolsonaro. Nas duas primeiras investigações, Fachin entendeu que não havia "indícios suficientes da prática de crimes". Já o inquérito sobre Eduardo foi arquivado porque o ex-deputado já foi condenado em uma ação derivada da apuração.

A investigação sobre Malafaia tem relação com Eduardo Bolsonaro. O pastor foi investigado por possível participação no crime de coação no curso do processo atribuído ao filho do ex-presidente e ao influenciador Paulo Figueiredo -ambos denunciados. O ex-deputado foi condenado no caso, que tratou da articulação, nos Estados Unidos, de sanções a autoridades brasileiras para atrapalhar o andamento da ação que acabou sentenciando Jair Bolsonaro.

A PGR disse que, ao fim da investigação, não foram levantados elementos suficientes para confirmara participação de Silas Malafaia na empreitada. Com o arquivamento, foram revogadas as medidas cautelares impostas ao pastor e determinada a restituição de eventuais bens apreendidos.

"NOTÍCIAS FRAUDULENTAS"

Já em relação a Guilherme Fiuza, a investigação agora arquivada por Fachin apurava "notícias fraudulentas" a respeito da atuação do Supremo e de seus ministros. O caso foi aberto após o Núcleo de Inteligência da Assessoria Especial de Desinformação do TSE encaminhar um ofício diretamente a Moraes.

O inquérito investigava dois supostos delitos: incitação ao crime e abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Quanto ao primeiro, Fachin entendeu que já havia passado o prazo para apuração, declarando sua prescrição. Com relação ao segundo crime, o ministro acolheu o parecer da PGR que entendeu que não foram colhidos elementos mínimos capazes de sustentara acusação contra o escritor.

Comissão da Câmara aprova convite a Roberta

Luchsinger

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou ontem um convite para que a lobista Roberta Luchsinger preste esclarecimentos sobre ameaças que afirma estar recebendo, e sobre investigações envolvendo Fábio Luís Lula da Silva, filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Lulinha.

O requerimento apresentado pelo deputado federal Sanderson (PL-RS) também prevê questionamentos sobre a relação entre Luchsinger e o lobista Antonio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Trump ainda está longe da meta de entregar país sem guerra e sem inflação

Longe de caírem pela metade, como Trump prometeu, os preços da energia estão bem mais altos

Uma "era de ouro" para a economia, gasolina a menos de US\$ 2 por galão e uma fronteira sul "impenetrável": as promessas de Donald Trump na sua volta à Casa Branca eram grandiosas, ousadas e polêmicas. Ele as cumpriu?

A poucos dias para que os americanos deem seu veredicto nas eleições de meio de mandato, que Trump disse que deveriam ser tratadas como se ele estivesse na cédula, este é o balanço do Financial Times sobre o segundo mandato do presidente.

Combate à **inflação**. Trump prometeu que "a partir do primeiro dia, acabaremos com a **inflação** e tornaremos os EUA acessíveis de novo". A promessa impulsionou sua eleição ao explorar a raiva dos cidadãos com meses de preços em disparada no governo do antecessor, Joe Biden. Mas Trump não conseguiu cumprir a promessa. Longe de "acabar", a **inflação** chegou a 3,7% em setembro, segundo a Agência de Estatísticas do Trabalho (BLS na sigla em inglês) - bem acima da taxa anual de 2,9% em dezembro de 2024, último mês de Biden no cargo. Grande parte desse aumento foi obra do próprio Trump, desencadeado pela guerra contra o Irã e o regime de tarifas de importação, assim como pelo boom da construção voltada para a inteligência artificial.

Reequilibrar o comércio. Trump afirmou que reequilibraria o comércio global com tarifas a "países que nos exploram há anos".

Ele impôs montes de **impostos** alfandegários, mas não alcançou o objetivo. As tarifas tiveram uma alta dramática, com uma taxa efetiva de 11,6% em outubro, de acordo com o Yale Budget Lab, em comparação com 2,7% quando assumiu o cargo.

Mas depois de cair ao nível mais baixo desde 2019 no ano passado, o déficit comercial mensal hoje é o maior desde que Trump assumiu o cargo. Em agosto, as importações superaram as exportações em US\$ 105,6 bilhões, de acordo com a Agência de Análise Econômica (BEA, em inglês). Em dezembro de 2024, a diferença era de US\$ 96,9 bilhões. Trump pode responsabilizar as intervenções da Suprema Corte que

restringiram alguns de seus **impostos**. Mas, pelo menos por enquanto, ele não alcançou sua grande meta.

Baixar juros do financiamento imobiliário.

Trump prometeu derrubar os custos de empréstimos para proprietários de imóveis e fazer as taxas de juros dos financiamentos imobiliários "voltarem para [o patamar] de 3%, talvez até menos".

O que aconteceu foi o oposto. Os custos do financiamento imobiliário de 30 anos bateram em 7,4% este mês, segundo a Freddie Mac, em comparação com 7,04% quando Trump assumiu o cargo. De início, tinham caído em 2025, mas a guerra contra o Irã reverteu isso.

Crescimento econômico. Trump disse que sua agenda econômica "reacenderia um crescimento econômico explosivo".

A economia dos EUA tem apresentado um bom desempenho e o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) superou de forma consistente o de outros países do G7, mesmo tendo esfriado em relação aos níveis de 2024. Segundo a Agência de Análise Econômica, o **PIB** se expandiu a uma taxa anualizada de 2,2% no segundo trimestre de 2026, e o Federal Reserve Bank de Atlanta (que faz parte do sistema do Fed, o banco central americano) prevê uma aceleração para 3,5% no terceiro trimestre. No último trimestre de 2024, o crescimento foi de 2,4%.

Reduzir **impostos**. Trump prometeu "grandes cortes de **impostos**", inclusive "isenções de **impostos** sobre gorjetas, horas extras e benefícios da **seguridade social** para nossos queridos idosos".

Cortes significativos foram implementados, embora nenhum im

posto tenha sido eliminado por completo. O Congresso estendeu benefícios fiscais abrangentes para os ricos e aprovou deduções de até US\$ 25 mil para gorjetas e de até US\$ 12,5 mil para horas extras. Os idosos passaram a ter direito a uma dedução adicional de US\$ 6 mil, independentemente de receberem ou não benefícios da **seguridade social**.

Reanimar a indústria. O presidente prometeu revitalizar os polos industriais dos EUA e "recuperar o destino de nossa nação como a superpotência manufatureira número um do mundo". Os resultados têm sido desiguais. O emprego no setor manufatureiro, de 12,7 milhões de pessoas, está praticamente inalterado desde a volta de Trump, segundo a Agência de Estatísticas do Trabalho. A produção do setor cresceu cerca de 3%, pelos dados da Agência de Análise Econômica. Mas, apesar dos investimentos prometidos pelas empresas, os dados do Censo mostram que os gastos com a construção de fábricas caíram 30%.

Derrubar regulamentações.

O presidente prometeu "eliminar no mínimo 10 regulamentações antigas para cada nova regulamentação", como parte de um esforço para reduzir a burocracia.

Ele manteve sua promessa. O Escritório de Gestão e Orçamento informou que, no ano fiscal de 2025, foram adotadas 218 ações de desregulamentação que afetam o Código de Regulamentações Federais, contra cinco ações de regulamentação, uma proporção de 43 para 1.

Aumento da produção de petróleo

e gás. Trump prometeu libertar o setor americano de petróleo e gás de suas amarras e "tornar os EUA o produtor de energia dominante no mundo, de longe".

Os EUA bateram novos recordes de produção sob Trump, mas também o fizeram na gestão de Biden, impulsionados pela onda do xisto.

A produção de petróleo aumentou de 13,53 milhões de barris/dia em dezembro de 2024 para 13,95 milhões de barris/dia em julho, depois de atingir um pico de quase 14 milhões de barris por dia em outubro de 2025, de acordo com a Administração de Informação de Energia. O ritmo de expansão, porém, é mais lento do que no governo Biden.

Já no caso do gás natural, o crescimento foi mais rápido: a produção bruta saltou de 3,65 bilhões de metros cúbicos por dia para um recorde de 3,88 bilhões de metros cúbicos por dia em julho.

Reduzir drasticamente os preços dos combustíveis.

Trump afirmou que sua agenda de predomínio energético derrubaria os preços dos combustíveis e empurraria o da "gasolina para menos de US\$ 2 por galão".

Até o momento ele fracassou. Por causa da contra o Irã, o oposto aconteceu. A gasolina custava US\$ 4,26 por galão na sexta-feira, uma alta de cerca de 40% desde que o presidente tomou posse no segundo mandato. O diesel, essencial para a indústria e a agricultura, estava em US\$ 6,32 por galão, um aumento de mais de 70%, depois de atingir níveis recordes em setembro.

Reduzir pela metade os preços da energia.

Trump afirmou que cortaria os preços da eletricidade "pela metade em 12 meses ou, no máximo, em 18 meses".

Longe de caírem pela metade, os preços da energia estão muito mais altos. Os custos residenciais de eletricidade subiram de 16,27 centavos de dólar por kWh em dezembro de 2024 para 18,31 centavos de dólar por kWh em julho, à medida que os centros de dados alimentam o crescimento da demanda.

Aumentar as exportações de energia.

O presidente disse que revogaria a pausa na concessão de novas licenças para terminais de gás natural liquefeito (GNL) e turbinaria as exportações de energia, permitindo que os EUA "abasteçam o resto do mundo com volumes nunca vistos".

As exportações de petróleo e gás aumentaram. As remessas de petróleo por mar atingiram uma média recorde de 4,1 milhões de barris/dia em 2024. Esse número subiu para 4,7 milhões de barris por dia no primeiro semestre de 2026. As remessas de derivados de petróleo cresceram de 3,2 milhões de barris/dia para 3,3 milhões de barris/dia.

No caso do gás natural liquefeito, as exportações tiveram um crescimento ainda maior e chegaram a 492,71 milhões de metros cúbicos por dia no primeiro semestre de 2026, enquanto a média em 2024 era de 337,82 milhões de metros cúbicos por dia. O Departamento de Energia reabriu o licenciamento de novos terminais no primeiro dia do segundo mandato de Trump.

Recompor as reservas de petróleo.

Trump criticou Biden por esvaziar a Reserva Estratégica de Petróleo dos EUA e disse que a "recomporia imediatamente".

Ele fracassou e na verdade drenou ainda mais a Reserva Estratégica de Petróleo dos EUA. Uma recomposição moderada quando Trump tomou posse elevou as reservas de 395 milhões de barris iniciais para 415 milhões de barris em fevereiro de 2026. Mas

as retiradas para compensar o choque de energia provocado pela guerra contra o Irã reduziram essa reserva para 283 milhões de barris no início de outubro, o nível mais baixo desde 1982.

Reverter

Trump prometeu "encerrar" o programa climático do governo Biden, que ele apelidou de "a nova fraude verde", ao destruir a Lei de Redução da **Inflação**, carro-chefe de seu antecessor na área, eliminar o que chamou de "imposição de veículos elétricos", reverter regulamentações de usinas de energia e voltar a tirar o país do Acordo de Paris sobre o clima.

Grande parte disso foi alcançada. Os EUA se retiraram do Acordo de Paris pela segunda vez. A Agência de Proteção Ambiental revogou a conclusão jurídica que fundamentava as regulamentações sobre gases de efeito estufa e descartou ou diluiu as regras para emissões aplicáveis a usinas de energia e veículos. Os créditos fiscais previstos na Lei de Redução da **Inflação** foram reduzidos, enquanto aprovações para projetos eólicos foram revogadas.

políticas climáticas. Guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Trump disse que acabaria com a guerra entre a Rússia e a Ucrânia "em 24 horas", com um acordo fechado "antes mesmo de eu chegar ao Salão Oval". O conflito continua

o ativo e já está em seu 56 mês.

Fim das guerras no exterior.

Trump afirmou: "Eu não vou começar uma guerra, vou acabar com as guerras." Apesar da declaração, ele iniciou uma guerra contra o Irã em fevereiro. Depois de quase oito meses de conflito, a morte de 21 militares americanos e gastos de mais de US\$ 43 bilhões, segundo o Departamento de Defesa, não há um fim à vista.

Conter a imigração. Trump disse que iria "fechar a fronteira e parar com a invasão de imigrantes em nosso país". Ele cumpriu a promessa. As travessias ilegais de fronteira despencaram desde que ele assumiu o cargo, com apenas 8.870 casos relatados em agosto, segundo a agência de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA, em comparação com 47.320 em dezembro de 2024 e um recorde de 250 mil em dezembro de 2023.

Deportações em massa. Trump afirmou que seu governo "começaria a maior operação de deportações da história dos EUA".

As prisões de imigrantes pelo Serviço de Imigração e Alfândega (ICE, na sigla em inglês) aumentaram mais de quatro vezes, segundo o Deportation Data Project, e chegaram a quase 50 mil em julho, em comparação com menos de 9 mil em dezembro de 2024.

De acordo com o Departamento de Segurança Interna, que supervisiona o ICE, mais de 3 milhões de imigrantes sem documentação deixaram os EUA desde o início do segundo mandato de Trump. A repressão levou a cenas de violência, com nove pessoas mortas por agentes federais de imigração em tiroteios, de acordo com o The Trace, que recolhe dados sobre a violência com armas de fogo nos EUA.

Entenda inquérito que mira ligação entre Flávio Bolsonaro e Willer Tomaz (Polícia Federal)

Um dia após ter sido proibido de sair do Brasil, o senador Flávio Bolsonaro (PL -RJ), derrotado pelo presidente Lula (PT) no segundo turno da eleição presidencial, é suspeito de ter desrespeitado a ordem e fugido para os Estados Unidos, segundo aliados .

O filho de Jair Bolsonaro (PL), ex-presidente condenado e preso por tramar um golpe de Estado, é alvo de inquérito enviado pela Polícia Federal ao STF (Supremo Tribunal Federal) para apurar a suspeita de lavagem de dinheiro com bets junto ao advogado Willer Tomaz, de quem é amigo. A relatoria do caso é do ministro Alexandre de Moraes .

Nesta segunda-feira (26), Flávio Bolsonaro foi intimado pela PF a entregar os passaportes comum e diplomático e proibido de deixar o país. Moraes também determinou que o senador não mantenha contato com Willer.

O advogado é investigado na Operação Sem Desconto, que apura fraudes contra o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). A relação entre ele e Flávio, ambos investigados pela PF por suspeitas de lavagem de dinheiro envolvendo apostas, remonta pelo menos a 2019.

O celular de Willer foi apreendido durante a operação. A análise do aparelho revelou movimentações financeiras suspeitas envolvendo plataformas de apostas, holdings no exterior e outras empresas ligadas a ele, diretamente ou por meio de sócios de fachada.

No celular e no armazenamento em nuvem do advogado, os investigadores encontraram fotos, documentos pessoais do senador e referências a festas, encontros e reuniões entre os dois.

Além disso, os dois se comunicavam pelo aplicativo Confide, que permite enviar mensagens que desaparecem após serem visualizadas. Flávio aparecia entre os contatos favoritos de Willer.

A PF identificou indícios de proximidade entre eles, além de relações suspeitas do advogado com políticos próximos.

As famílias deles viajaram com passagens pagas pela Cathedral Holding, empresa portuguesa cuja maioria das ações pertence a Willer e a familiares do advogado. A Cathedral é a única acionista da Rede Loto, dona da casa de apostas BestBet.

Segundo a Polícia Federal, a ligação mais direta entre os dois é a de que Flávio também tinha acesso de "usuário master" à conta bancária da Alcazar Holding, empresa de Willer registrada na Ilha da Madeira, o que permitiria amplo controle das operações.

Segundo reportagem da revista piauí , é possível que a Cathedral tenha financiado a Alcazar Holdings.

Conforme documentos analisados pela PF, a exclusão do senador da conta foi pedida em maio de 2025.

Para os investigadores, esse acesso, somado aos demais vínculos identificados, sustenta a hipótese de que Flávio pudesse ter participação econômica ou societária de fato na Alcazar .

Diante das conexões, como mostrou a piauí, a PF abriu um inquérito para investigar se o senador também é sócio oculto da BestBet.

Após reportagem da Folha mostrar que a Cathedral pagou voos para Flávio, a campanha do senador afirmou que a relação do filho 01 do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) com Willer era apenas de amizade. O senador classificou as suspeitas de infundadas e disse que as acusações tinham motivação eleitoral.

Já a assessoria de Willer afirmou que todas as empresas e participações do advogado são lícitas, estão identificadas em registros públicos e foram informadas em declaração de Imposto de Renda.

Flávio também é investigado em outro inquérito , que apura um pedido de dinheiro a Daniel Vercaro, dono do Banco Master, para financiar o filme "Dark Horse", sobre Jair Bolsonaro. Nesse caso, o senador é investigado por suspeita de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Caso tivesse sido eleito presidente, Flávio teria imunidade temporária em relação a fatos anteriores ao mandato e sem relação com o exercício do cargo.

Com a derrota, não terá esse benefício e perderá o foro especial ao deixar o Senado, em fevereiro. Será a primeira vez desde 2002 que ficará sem ocupar um cargo eletivo.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/entenda-inquerito-que-mira-ligacao-entre-flavio-bolsonaro-e-willer-tomaz.shtml>

Governo tem até terça-feira para editar MP do "imposto do pecado"

FLÁVIA SAID MATEUS MAIA

Medida provisória precisa ser editada para que tributo passe a valer em fevereiro; sem regulação, produtos nocivos à saúde e ao ambiente também ficarão isentos de IPI

Da página A1 O governo tem até a próxima terça-feira para editar medida provisória (MP) que definirá a alíquota do Imposto Seletivo (IS). Para que o tributo entre em vigor em fevereiro, a MP precisa ser publicada dentro desse prazo, em razão da noventena, regra que impede a cobrança de **tributos** antes de 90 dias da publicação da norma que os instituiu ou aumentou.

Como tem força de lei e vigência imediata, a MP permite iniciar a contagem do tempo a partir de sua publicação. O governo já perdeu o prazo de 2 de outubro para cobrar o tributo em janeiro. Se nada for feito, a partir de 1.º de janeiro de 2027, os produtos considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente ficarão sem a incidência tanto do Seletivo quanto do IPI.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, o governo também prevê enviar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para adiar o fim do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cujas alíquotas serão zeradas para a maioria dos produtos a partir de 1.º de janeiro de 2027. A medida busca evitar um vácuo na tributação dos produtos que passarão a ser alcançados pelo Imposto Seletivo (também conhecido como "imposto do pecado"), mas cuja cobrança ainda dependerá do cumprimento da noventena.

Ontem, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o governo pretende editar a MP ainda nesta semana. "Vamos fazer o envio em breve", afirmou Durigan.

O calendário, porém, dificulta os trabalhos técnicos: o ponto facultativo do Dia do Servidor Público Federal, celebrado hoje, foi transferido para sexta-feira, e o feriado de Finados, em 2 de novembro, prolonga a folga no serviço público.

A PEC do Seletivo também permitiria corrigir problemas identificados na **reforma tributária**, como questões relacionadas à base de incidência e ao

cálculo do Imposto Seletivo. Para preservar a arrecadação federal em 2027, porém, o adiamento do fim do IPI precisaria ser acompanhado de uma medida provisória que definisse as alíquotas do Seletivo em nível capaz de manter uma carga tributária semelhante à atual.

Em 8 de outubro, Durigan afirmou que enviaria a MP ao Congresso após as eleições e disse ter concluído o acordo com os setores afetados.

As alíquotas da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de Estados e municípios, também devem ser divulgadas em breve. O prazo para enviar ao Senado a proposta de alíquota da CBS para 2027 termina na sexta-feira.

A oposição acusou o governo de adiar a divulgação das alíquotas para evitar impactos políticos durante a campanha eleitoral, o que era negado pelo governo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Por previsibilidade, indústria cobra definição rápida de tributo

FLÁVIA SAID

Setores negociam manutenção da carga tributária atual; governo prevê receita de R\$ 41,9 bilhões com novo tributo em 2027

O diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mario Sergio Telles, defende uma definição célere da alíquota do Imposto Seletivo (IS). Segundo ele, os setores não têm interesse em obter um ganho fiscal temporário, pois enfrentam restrições tanto de capital humano quanto de estrutura produtiva.

"O que as empresas mais querem mesmo é a MP para já terem a segurança de quanto vão pagar. Ninguém está interessado em ter um ganho fiscal em janeiro e em dobrar a produção para que, lá na ponta, se faça estoque sem a tributação. Está todo mundo querendo a definição logo, para poder saber quanto vai pagar e pagar logo em janeiro", disse ele no início de outubro ao Estadão/Broadcast.

Em reuniões com o Ministério da Fazenda nos últimos meses, após uma série de cálculos, foi firmado um acordo por setores - vinhos, destilados, cervejas, refrigerantes, cigarros e automóveis - para que a tributação pelo Imposto Seletivo não seja diferente da atual, aplicada por meio do IPI. A ideia é manter a seletividade e a mesma carga tributária já praticada nesses setores.

O Imposto Seletivo tem caráter extrafiscal, pois busca desestimular o consumo e provocar mudanças de comportamento. O tributo conta com respaldo técnico na área de saúde pública, mas é altamente impopular entre parte dos consumidores. Setores afetados e alguns tributaristas apontam seu elevado potencial de arrecadação e sustentam que o imposto criado pela **reforma tributária** poderá estimular a pirataria e o mercado ilegal.

Durante a discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**, setores atuaram para evitar ou, ao menos, contornar a incidência do imposto. Foi o caso dos fabricantes de alimentos ultraprocessados, cujo lobby garantiu a exclusão desses produtos da lista de itens sujeitos à cobrança do IS.

No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, enviado ao Congresso Nacional pela equipe econômica, a previsão do governo federal é arrecadar R\$ 41,9 bilhões com o Imposto Seletivo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Exportação de calçados cai 15,6% este ano

As exportações de calçados somaram US\$ 621,14 milhões no acumulado de janeiro a setembro deste ano, queda de 15,6% em comparação com o mesmo período do ano passado, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria e Comércio de Calçados (Abicalçados). As importações cresceram 12,5% no período, chegando a US\$ 491,25 milhões.

Esse cenário levou a uma queda de mais de 56% no saldo da balança comercial do setor calçadista nos nove primeiros meses do ano.

Priscila Linck, economista e coordenadora de inteligência de mercado da Abicalçados, destaca que a situação é reflexo do forte retorno dos produtores asiáticos ao mercado internacional depois da pandemia de covid-19 e pela desorganização comercial. "2022 foi um ano em que nós ganhamos muito mercado internacional pela menor presença asiática e pela proximidade logística com os Estados Unidos e os países aqui da América do Sul", afirma Linck.

A economista explica que houve um crescimento atípico das exportações brasileiras em 2022, algo que as empresas de calçado entenderam que não seria sustentável, dado um mercado que não havia se ajustado aos novos padrões. Nos anos seguintes houve redução gradual da participação brasileira no mercado internacional de calçados.

Além do retorno dos concorrentes asiáticos, o setor também foi afetado pelo desaquecimento da demanda internacional pelo produto. Linck diz que essa demanda sofre ainda efeitos de tarifas adicionais dos EUA, da desorganização do comércio e de custos logísticos crescentes em função do aumento do preço do petróleo.

O problema de demanda interna também agrava a conjuntura, segundo Marcos Lelis, professor da UFRGS e da Unisinos. Lelis explica que a taxa de juros elevada e o endividamento das famílias não afetam apenas o consumo de bens duráveis. De acordo com Lelis, a desaceleração do consumo atinge o setor de calçados e outros segmentos da economia.

A fabricação de calçados também enfrenta um fator relacionado à concentração regional, uma vez que, segundo o Relatório da Indústria de Calçados 2026, realizado pela Abicalçados, 50,5% da produção brasileira está localizada no Nordeste do país. O ranking é seguido pela região Sul (26,2%) e pelo

Sudeste (22,1%), enquanto o Norte e o Centro-Oeste somam juntos 1,2%. Linck afirma que essa estrutura é bem consolidada há décadas.

Lelis diz as regiões do país têm perfis produtivos distintos. O Sul, com pouco mais de um quarto da produção total, foca na fabricação de calçados de couro enquanto o Nordeste, com praticamente metade da produção, prioriza calçados injetados, como os chinelos de borracha. De acordo com o professor, os principais destinos dos calçados de couro são a Argentina e os Estados Unidos, enquanto os calçados produzidos no Nordeste são destinados para outros países da América do Sul.

Mesmo com as quedas de 4,3% em volume e 23,8% em receita no comparativo com os nove primeiros meses de 2025, os Estados Unidos continuam liderando a lista como o principal destino dos calçados brasileiros, com uma receita de US\$ 130,84 milhões. Os argentinos ficaram em segundo lugar, com uma receita de US\$ 74,33 milhões, seguida do Paraguai, com US\$ 35,9 milhões.

A Ásia domina a entrada de calçados no Brasil. O maior fornecedor é o Vietnã, que acumula saldo de US\$ 250,7 milhões no acumulado de janeiro a setembro deste ano. Indonésia (US\$ 109,7 milhões) e China (US\$ 37,5 milhões) aparecem na sequência. Somadas as importações provenientes desses três países, chegaram ao Brasil 27,74 milhões de pares no período.

Lia Valls, coordenadora do Indicador de Comércio Exterior (Icomex) e pesquisadora do FGV Ibre, afirma que os preços baixos e a grande escala produtiva ajudam a explicar a competitividade dos calçados asiáticos.

Diante da diminuição das exportações e da demanda interna por calçados, Linck diz que, apesar de não existir um movimento muito forte de fechamento de empresas, o emprego acaba sendo comprometido pela conjuntura. "Nos últimos cinco meses a gente registrou saldo negativo, ou seja, o volume de demissões foi maior do que o número de contratações", afirma a economista.

Conforme apontado no Relatório da Indústria Calçadista, o setor contava com 282,2 mil empregos formais em 2024, número que caiu para 271,4 mil no ano passado.

A **reforma tributária** adiciona outra variável ao cenário enfrentado pelo setor. Em maio deste ano foi apresentado na Câmara o PLP 92/2026, um projeto de lei complementar que pede o reconhecimento do calçado como bem essencial, recebendo assim tratamento tributário diferenciado nas incidências de CBS e IBS. O texto pede ainda uma redução de 50% das alíquotas desses **impostos** incidentes sobre a aquisição de calçados.

Eduardo Fleury, economista e advogado tributarista, diz que a justificativa desse pedido pode ser explicada pelo fato de o setor querer aumentar as vendas a um preço mais baixo. Fleury também afirma que a atual **reforma tributária** possui impactos positivos para as indústrias brasileiras, uma vez que barateia investimento e as exportações, com redução de 1% a 3% no preço líquido dos produtos vendidos no exterior.

Fleury esclarece que o pedido do setor calçadista exige uma compensação em outras áreas. "Quando pedem esse 50% de desconto, isso significa que nós vamos ter que aumentar a alíquota para os demais, que é a regra que mantém a arrecadação no todo. Se eu diminuo em um setor, o outro vai ter que pagar."

Lelis analisa que, diante do atual cenário enfrentado pelo setor, é importante que cada empresa identifique as suas principais fraquezas e olhe para os seus problemas como partes da cadeia produtiva. "Quando a gente olha o calçado, eu acho que a gente não pode olhar só para ele. Temos que fortalecer a cadeia como um todo ou vamos ter problemas."

Lincks acrescenta que o setor tem buscado novas alternativas de mercado, ainda mais após o tarifaço americano, mas que esse é um processo longo e delicado. Valls afirma que essa estratégia pode trazer algumas complicações para o sistema produtivo já que o calçado é adaptado a cada mercado, com diferenças de estilo, formato e numeração entre os países.

Ainda que tenha crescido em 2024 quando comparada com o ano anterior, a produção de calçados registrou queda de em 2025. Em valores absolutos, a produtividade saiu de 863,9 milhões de pares em 2024 para 847,5 milhões no ano passado.

Pacote de bondades do governo tem R\$ 45 bi por ano até 2030

O chamado pacote de bondades anunciado pelo governo em 2026 totaliza cerca de R\$ 242 bilhões entre despesas e renúncia de receitas com efeitos até 2030, mostra levantamento feito pelo diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Alexandre Seijas de Andrade. Dos R\$ 242 bilhões, R\$ 180 bilhões se referem a despesas que serão recorrentes no período, ou perto de R\$ 45 bilhões por ano. Esses são gastos que se repetirão a cada ano até o fim desta década. A diferença, de cerca de R\$ 62 bilhões, se refere a despesas pontuais, nos anos de 2026 e de 2027, e que não devem se manter posteriormente.

"A meta [de superávit primário] de 2026 deve ser cumprida formalmente, mas com os descontos legais de despesa e indicando cada vez menos a real posição fiscal do governo central. [...] A maior parte do pacote não aparece na meta, mas aparece na dívida", afirma Andrade, ao comentar os números.

Pelas contas da IFI, esse montante de R\$ 45 bilhões corresponde a cerca de um terço dos R\$ 138 bilhões das despesas discricionárias não obrigatórias de 2027, pelo Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2027. Além disso, de 2031 em diante, há acréscimo de R\$ 42,8 bilhões por ano em medidas recorrentes.

O valor de R\$ 45 bilhões significa ainda um acréscimo de 0,3 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) na dívida, segundo a IFI. "Para estabilizar a dívida, a IFI estima que seria preciso um superávit primário de cerca de 2% do **PIB** ao ano, e hoje o país tem déficit. As medidas aumentam o déficit, ou seja, afastam o país desse superávit", nota o economista.

Além dos cerca de R\$ 242 bilhões até 2030, o governo liberou R\$ 78,5 bilhões em crédito em 2026 via ações como o Move Brasil (voltado a motoristas de aplicativos e taxistas), Desenrola Adimplentes

e o crédito extraordinário do Brasil Soberano (para empresas afetadas pelo tarifação dos Estados Unidos), entre outras.

No caso desses financiamentos, o diretor da IFI esclarece que os recursos não se tornam acréscimo automático na dívida porque voltam ao Tesouro Nacional. Segundo ele, o custo está nos juros subsidiados e no aumento da dívida apenas enquanto os empréstimos não são pagos.

"O Orçamento de 2026 precisa ser ajustado. Foram anunciadas políticas que vão impactar esse orçamento, a começar pelas receitas", diz o coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), Manoel Pires.

Nas contas da IFI dos cerca de R\$ 45 bilhões por ano em despesas recorrentes até 2030, a maior parte (R\$ 23,4 bilhões) se refere ao reajuste de 15,04% do Bolsa Família. O percentual corresponde à reposição da **inflação** entre março de 2023 e agosto de 2026 no valor do benefício.

Para Manoel Pires, esse gasto adicional com o benefício não tem peso importante no orçamento: "O aumento do Bolsa Família repõe a **inflação** e acho que cabe no orçamento sem maiores problemas. Na verdade, o Bolsa Família está sofrendo um ajuste desde o primeiro ano do governo Lula com perda do poder de compra e redução do número de beneficiários".

Outras duas rubricas, segundo o economista do FGV Ibre, devem ser acompanhadas de perto pelo lado das receitas: o aumento da arrecadação pela **reforma tributária** e a perda com novos limites e faixas de faturamento do microempreendedor individual (MEI).

No montante de R\$ 242 bilhões entre 2026 e 2030, os valores não incluem estimativa de **inflação** para o período. Outro alerta de Andrade sobre o levantamento se refere às subvenções aos combustíveis, estimadas em R\$ 36,2 bilhões. O valor se restringe ao ano de 2026 e por isso é classificado como pontual. Se forem prorrogadas, no entanto, passam a pesar também em 2027.

Para o economista-chefe e sócio da Warren Investimentos, Felipe Salto, o governo deve fazer em breve uma reavaliação das despesas e receitas para os próximos anos, especialmente em 2027. Por isso, argumenta, é preciso aguardar para ter uma visão mais clara de quais medidas serão pontuais e quais serão recorrentes. Pelo cálculo preliminar da IFI, as medidas posteriores ao primeiro semestre elevam a dívida bruta em cerca de 1 ponto percentual do **PIB** em 2026 (R\$ 141 bilhões) e em 1,2 ponto percentual até 2027. Em agosto, dado mais recente do Banco

Central, a dívida bruta do governo geral (DBGG) do Brasil estava em 82,9% do **PIB**.

Procurado pela reportagem, o ministério da Fazenda afirmou que os valores associados às medidas anunciadas não representam, em sua totalidade, impacto adicional sobre o Orçamento de 2027. Segundo a pasta, assim que for definido o relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o governo encaminhará ao Congresso os ajustes necessários à proposta, considerando as características específicas de cada medida. "Em todos os casos, os ajustes serão compatibilizados com a meta de resultado primário e com o arcabouço fiscal, preservando o compromisso com a trajetória de melhora fiscal", afirmou a Fazenda, em nota.

O ministério citou o reajuste do Bolsa Família como medida cujo impacto deverá ser acomodado por meio do remanejamento de recursos dentro do próprio Orçamento, com base no espaço gerado pela revisão das projeções de despesas previdenciárias e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), sem aumento da despesa total prevista. Outras iniciativas, como o Pix para microempreendedores individuais (MEIs) e a tarifa zero no transporte público aos fins de semana e feriados, "ainda dependem da definição final de seu desenho e, portanto, terão seus impactos devidamente estimados", informou a pasta.

A Fazenda destacou ainda que as medidas relacionadas aos combustíveis são temporárias e passam por reavaliações periódicas, conforme a evolução dos preços do petróleo no mercado.

O ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), por sua vez, limitou-se a reenviar nota à imprensa divulgada em 19 de outubro, na qual estima em cerca de R\$ 20 bilhões o remanejamento necessário para acomodar as novas medidas no Orçamento de 2027. O valor equivale a pouco mais de 1% da despesa primária sujeita ao limite de gastos e já havia sido antecipado pelo Valor em entrevista com o ministro Bruno Moretti.

Apreensão de brinquedos soma R\$ 48,7 milhões este ano

VINICIUS NEDER vinicius.neder@oglobo.com.br

Muitos produtos não tinham a certificação do Inmetro que garante a segurança de itens destinados às crianças

Tradicional data do comércio, o Dia das Crianças, celebrado no último dia 12, também foi marcado por operações da **Receita Federal** e da Polícia Civil de São Paulo para combater a falsificação de brinquedos. O órgão federal apreendeu nove contêineres no Porto do Rio, entre o fim de setembro e o início deste mês. A Polícia Civil paulista apreendeu mais de 50 mil produtos irregulares, numa operação de fiscalização em lojas do Centro de São Paulo, no último dia 7. O Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (Ipem-SP), órgão estadual paulista, também vê uma alta nas apreensões.

Até setembro, a apreensão de brinquedos irregulares - não apenas falsificados, mas também com falta de regulamentação, subfaturamento, mercadorias trazidas na bagagem com finalidade comercial etc. - pela **Receita Federal** somou R\$ 48,7 milhões em produtos, quase todo o valor de 2025, quando foi apreendido o equivalente a R\$ 51,7 milhões, informou o órgão do Ministério da Fazenda. Em 2024, houve R\$ 31,1 milhões em apreensões.

Na Operação Play Fake, realizada pela **Receita Federal** no Porto do Rio, em duas fases, o foco foram importados da China. "Ação teve origem em análise de risco que identificou inconsistências nas informações declaradas na importação", diz um **comunicado** da Receita sobre a operação, divulgada à época.

"Os contêineres traziam declarações de mercadorias de baixo valor agregado", continua o **comunicado**, e, na conferência física, os servidores da Receita "verificaram que os produtos declarados ocupavam apenas a parte frontal das cargas".

"Ao fundo, estavam ocultas mercadorias com indícios de fraude **aduaneira**, como brinquedos, pelúcias, bonecos colecionáveis, cartas de jogos e outros itens associados a franquias conhecidas", explica o **comunicado** da Receita.

Os nove contêineres levavam 135 toneladas, no valor de R\$ 63 milhões.

De acordo com Synesio Costa, presidente da Abrinq, associação que representa os fabricantes nacionais, o aumento da entrada de brinquedos irregulares no mercado brasileiro passa também por uma questão da indústria global, o avanço tecnológico na China. À medida que a política industrial da China avança na tecnologia, deixa de lado a fabricação de produtos mais simples, como brinquedos. Mas a capacidade de produção segue lá, fabricando a preços baixos para rotas nem sempre legais.

No caso dos brinquedos, a falsificação ou a falta de certificação na fabricação não é apenas uma questão de marca ou propriedade intelectual. Havia na carga apreendida no Porto do Rio produtos sem a certificação do Inmetro, o que impediria a comercialização no Brasil.

Segundo o Ipem-SP, sem o selo, "não há comprovação de que esses produtos tenham sido submetidos aos procedimentos de avaliação da conformidade exigidos pelo Inmetro",

o que representa um risco para as crianças.

Como órgão delegado do Inmetro, o Ipem-SP, até setembro, fiscalizou 171 mil mercadorias, apreendendo 5,7 mil. O número já supera o verificado em todo o ano passado, quando foram retidos 4,2 mil, de 174 mil verificados.

O problema é que a capacidade de fiscalização dos órgãos federais e estaduais é insuficiente para lidar com a inundação de produtos chineses, diz Costa, da Abrinq:

- O Inmetro não tem capilaridade para fiscalizar milhões e milhões de brinquedos que entram no país, porque eles falsificam o selo. Os bandidos estão fazendo qualquer coisa hoje em dia.

52,5 MIL APREENSÕES

Focada no varejo, a Operação Brinquedo Seguro, da Polícia Civil de São Paulo, apreendeu diversos produtos em lojas do Centro da capital, como "bonecos de marcas famosas, miniaturas, pelúcias, brinquedos de montar, itens de plástico e jogos infantis variados".

Foram recolhidos 52,5 mil produtos irregulares. Quase 51 mil estavam em apenas um imóvel, no Centro histórico de São Paulo. "Cinco pessoas que se apresentaram como responsáveis pelos produtos serão investigadas", diz a nota da Agência SP. Outras 1,7 mil mercadorias foram recolhidas em outro estabelecimento, no Canindé, também na região central de São Paulo.

Esta reportagem faz parte do projeto Mercado Ilegal, uma realização dos jornais O GLOBO, Valor Econômico e Extra e da rádio CBN, com patrocínio da Philip Morris Brasil, do Instituto Combustível Legal, do Mercado Livre e da BAT Brasil e apoio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD) e da Aegea.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Leilão de transmissão terá oito lotes e R\$ 8,9 bi em investimento

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realiza nesta sexta-feira (30) um novo leilão de transmissão. Ao todo, serão ofertados oito lotes com ativos distribuídos por sete Estados do país e que movimentarão, nas contas da agência reguladora, R\$ 8,9 bilhões em investimentos.

Para a presidente-executiva da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Talita Porto, a expectativa é que se mantenha o nível de competição observado nos certames anteriores do segmento. "As expectativas são boas. Não sabemos em que valores ou em que patamares se dará o deságio, porque depende da estratégia de cada um, mas a gente acredita que vai ter competição, sim", afirmou ao Valor.

Esse segmento é liderado pela Axia Energia (antiga Eletrobras), que tem participado ativamente dos certames depois de privatizada, e pela ISA Energia Brasil, que já descartou ir para este certame em específico.

Segundo a própria Aneel, os leilões de transmissão têm tido deságio médio acima de 40% desde 2017, com exceção de certame realizado em 2022, no qual o indicador ficou em 38,16%.

Durante o semestre, algumas empresas relataram preocupação quanto aos efeitos da **reforma tributária** para desenhar a estratégia para leilões. Para Porto, o tema está em estudo e deve seguir sendo avaliado ao longo do próximo ano, mas não chega a afetar o apetite. "O que nos preocupa é a questão [projetos] do passado. A Aneel criou um grupo de trabalho, nós contratamos consultorias e estamos trabalhando no tema", disse.

Outro ponto de atenção é a volatilidade na curva de juros após o desfecho das eleições. Questionado sobre o assunto, o CEO da EDP na América do Sul, João Brito, admitiu impacto nas contas para participar do certame. "A curva futura de juros é muito importante para o setor de infraestrutura, que obviamente carrega muita dívida. Portanto, quando temos alguma volatilidade, temos que ser um pouco mais cuidadosos e conservadores nas

análises", disse, após participar de painel no evento Brazil Windpower. A companhia está no setor de

transmissão no Brasil há 10 anos e, segundo o executivo, deseja participar do certame.

Os ativos negociados incluem 1.866 quilômetros (km) de novas linhas de transmissão, a continuidade da operação de 483 km de linhas existentes, além de 12.694 megavolt-ampères (MVA) em capacidade de transformação nas subestações, a manutenção de outros 600 MVA e a instalação de compensadores síncronos, equipamentos usados para estabilizar a rede.

Os empreendimentos licitados serão instalados nos seguintes Estados: Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rondônia e São Paulo. Para além da expansão da rede sem si, destacam-se os lotes do interior paulista, que visa atender o aumento de consumo de energia já resultante da presença de data centers, e o de Rondônia, pensado para dar resiliência climática ao Sistema Interligado Nacional, afirma Amanda Fernandes, head na área de Redes da consultoria PSR.

"Tenho usado esse termo, nos últimos leilões, de que se trata de um certame muito diverso, mas este, especificamente, na análise de todos os aspectos, é realmente diverso de todos os outros", afirma a especialista. Em adição aos trechos já citados, ela destaca ainda a presença de ativos já existentes no lote 1, que serão repassados para operação de outro concessionário; a presença de um lote maior, o número 4, que será dividido em sublotes no certame e passa por três Estados; a presença de trechos subterrâneos no lote 5; e o lote com compensadores síncronos em Rondônia.

"É uma região que tem muitas hidrelétricas, mas secas severas no rio Madeira desde 2010. Então, começou a ter uma preocupação sobre o atendimento da carga", explicou sobre o trecho. Se antes as redes locais eram pensadas para escoar a energia gerada na região, agora é preciso que haja redundância também naquela localidade para que ela possa receber eletricidade se necessário nos cenários de secas.

Na sessão de licitação, os interessados oferecerão descontos sobre a Receita Anual Permitida (RAP) máxima estabelecida pela Aneel para cada lote. Vence quem aceitar construir e operar o ativo pelo menor valor. No caso do lote 4, que foi dividido em sublotes,

os proponentes deverão entregar, simultaneamente, três envelopes fechados, contendo o lance para o lote completo e para cada sublote. Então, haverá competição cruzada para definir o vencedor, comparando a menor proposta apresentada para o lote todo e o somatório das menores propostas apresentadas para seus sublotos.

O montante global da RAP de referência a ser paga às empresas é de cerca de R\$ 1,6 bilhão. O prazo para a entrada em operação comercial dos empreendimentos varia de 42 a 60 meses, para concessões por 30 anos, a partir da celebração dos contratos prevista para fevereiro de 2027.

Em relação ao trecho que liga o sistema nacional à Bolívia, que estaria neste leilão mas depois foi retirado do certame, a leitura é que a medida foi técnica. "Existe um entendimento, mas os dados, principalmente pelo lado da Bolívia, não se viabilizaram para a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) poder concluir os estudos dela", completou o presidente da Abrate.

O Ministério de Minas e Energia (MME) prevê mais sete leilões do tipo até 2029. O primeiro está previsto para abril do ano que vem.

Split payment começa em agosto de 2027 e deve ser obrigatório em até dois anos

São Paulo O split payment da **reforma tributária** está previsto para ser lançado em duas fases, em agosto e outubro de 2027, segundo cronograma obtido pela Folha com exclusividade (veja detalhes abaixo).

O sistema que faz a separação e o recolhimento dos **tributos** na hora do pagamento deve se tornar obrigatório nas operações entre empresas (B2B) no prazo de até dois anos a partir dessas datas.

Até lá, o instrumento de arrecadação será de uso facultativo, ou seja, de livre escolha pelos empresários envolvidos em uma transação. A ferramenta garante que os **tributos** pagos pelo comprador sejam recolhidos e devolvidos a ele na forma de um crédito e também deve reduzir a sonegação.

Ainda não está definido se e quando ele chegará às vendas para pessoas físicas. A estrutura em desenvolvimento só pode ser utilizada em operações em que comprador e vendedor possuem CNPJ (transações B2B) e emitem nota fiscal com os novos **tributos**.

Ou seja, não haverá split em operações com pessoas físicas, MEI (Microempreendedores Individuais) e trabalhadores informais ou entregadores de aplicativos com faturamento dentro dos limites previstos nas regras dos nanoempreendedores .

O cronograma prevê o início dos testes envolvendo operações reais entre um grupo restrito de empresas, e em um ambiente monitorado, em três datas:

O split estará disponível para todas as empresas em duas datas:

A plataforma em construção não funciona com outros meios de pagamento, como cartões de crédito e débito.

Os testes de integração entre plataforma pública e instituições financeiras de pagamento começaram neste mês. Há cerca de cinco companhias participando, número que deve chegar a 20 ainda neste ano.

O cumprimento dos prazos depende da capacidade do governo (**Receita Federal**, Serpro e Comitê Gestor) e das instituições de pagamento de construir essa

infraestrutura inédita neste curto tempo.

Ainda não há definição sobre a remuneração das instituições financeiras pelo serviço. Elas devem ser pagas pelos custos de operação e implantação do sistema.

As instituições propuseram o valor fixo de R\$ 0,39 por transação ou, como segunda opção, R\$ 0,56 descontados os ganhos do setor pelo tempo em que o dinheiro fica no caixa do banco. O governo quer pagar a diferença entre o R\$ 0,39 e o ganho dos bancos com a administração desses recursos.

Pessoas que participam do desenvolvimento do sistema afirmam que tornar o split obrigatório no B2B é fundamental para compensar os custos de implantação.

Construir um sistema para operações com pessoas físicas (B2C) demandará novos investimentos e ainda não foi estudado o que seria necessário para viabilizar isso. Por isso, a questão não está sendo avaliada neste momento.

Para operações no varejo, a lei prevê a utilização de um split com alíquota reduzida, o que também demandará novos investimentos e enfrenta desafios tecnológicos, segundo essas mesmas pessoas.

O split é uma das formas de arrecadação de dois novos **tributos** (CBS, Contribuição sobre Bens e Serviços, e IBS, Imposto sobre Bens e Serviços) que serão cobrados a partir de 2027, quando serão extintos PIS, Cofins e IOF-Seguros, e zeradas as alíquotas do IPI para quase todos os produtos.

O valor recolhido na operação entre duas empresas volta para o contribuinte que fez o pagamento na forma de um crédito -que pode ser usado para abatimento de **tributos** ou restituído em dinheiro.

Nos pagamentos por boleto e Pix QR Code dinâmico ou Pix automático, é feita consulta à Receita e ao Comitê Gestor em tempo real para verificar se há tributo a recolher. Se houver crédito ou ele já tiver sido pago, o split não é feito.

Nas operações com TEF/TED e Pix chave, não há consulta. Se houver crédito, ele é restituído em até

três dias úteis -a Receita quer antecipar para 24 horas.

Para especialistas, o impacto no caixa só ocorre para o fornecedor que recebe um pagamento à vista ou em prazo inferior a 60 dias e não tem créditos gerados pela aquisição de insumos.

A reforma determina a vinculação do crédito ao recolhimento do tributo, o que reduz a possibilidade de sonegação e o uso de notas frias. Para que essa regra seja aplicada, a lei determina que é necessária a existência do split ou da possibilidade de recolhimento do imposto pelo adquirente. Com isso, o comprador não fica dependendo do fornecedor para receber seu crédito.

Site: <https://c-level.folha.uol.com.br/negocios/2026/10/split-payment-comeca-em-agosto-de-2027-e-deve-ser-obrigatorio-em-ate-dois-anos.shtml>

Proibição das bets por medida provisória: como ficam os estados e os operadores?

Em 25 de setembro, foi publicada a medida provisória que proíbe as apostas de quota fixa em todo o país. Em trinta dias, as autorizações concedidas desde 2025 estarão extintas; em 10, sites e aplicativos devem sair do ar. Cada operador pagou até R\$ 30 milhões por autorização federal de cinco anos, e a MP declara que nada será devolvido nem indenizado.

O que são bets?

Loteria é o gênero; bet é uma de suas espécies. Nas loterias tradicionais, como as da Caixa, o resultado vem de sorteio aleatório e o prêmio é mutualista: parte da arrecadação é rateada entre os acertadores, sem risco para o operador. Na bet, ou aposta de quota fixa, criada pela Lei 13.756/2018 e regulada pela Lei 14.790/2023, o resultado depende de evento real e o apostador sabe de antemão quanto receberá, pela cotação (odd). O operador atua como banca e assume o risco.

A proibição por MP foi adequada?

A medida provisória é instrumento de urgência, e o STF já admitiu afastá-la quando a

urgência é evidentemente ausente. As apostas estavam reguladas e fiscalizadas pela própria União havia quase dois anos; não viram emergência de um dia para outro. Há vício mais grave. Desde 2001, como reação ao bloqueio das poupanças, a Constituição proíbe que medida provisória disponha sobre retenção ou sequestro de bens, poupança popular ou qualquer ativo financeiro. A MP faz exatamente isso: congela recursos, imobiliza saldos e institui perdimento administrativo. A vedação constitucional se define pelo objeto, não pela intenção. Esse vício formal dispensa o juiz de opinar sobre a política pública: discute-se só o instrumento.

O pacto federativo foi observado?

Em 2020, o STF decidiu que a União legisla sobre loterias, mas não tem exclusividade para explorá-las. Estados instituíram loterias próprias e concederam a quota fixa a empresas privadas; participamos da implantação na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Cabe à União definir as modalidades, e ela sustentará que extinguir a quota fixa é competência

sua. Mas a MP vai além: extingue contratos estaduais, ato privativo de outro ente, impõe deveres aos Estados e declara que nada devem a quem contratou de boa-fé. Isso fere a autonomia do art. 18 da Constituição.

Haverá direito a indenizações?

A Constituição garante a propriedade e, quando permite tomá-la, exige indenização justa, prévia e em dinheiro. A perda sem qualquer indenização só existe como pena, nos casos de cultivo de drogas e trabalho escravo. A MP inverte a lógica: retira direito de quem agiu lícitamente, sob autorização onerosa, invocando o interesse público, que é justamente a causa que gera o dever de indenizar. A Convenção Americana de Direitos Humanos, de hierarquia supralegal segundo o STF, assegura o mesmo. A encampação, retomada de serviço delegado, exige lei específica e indenização prévia; a MP usa a mesma causa e suprime a consequência. Cabem a devolução proporcional da outorga, os danos emergentes pelos investimentos induzidos e, com menor chance, lucros cessantes.

Pode-se considerar um confisco administrativo?

A MP autoriza o perdimento de valores bloqueados sem processo judicial, destinando-os ao fundo de segurança pública. O perdimento administrativo existe na esfera **aduaneira**, mas aqui o objeto são ativos financeiros, vedados à MP; a perda de bens é pena e exige devido processo; e a destinação a fundo público revela caráter sancionatório. Contraditório administrativo não substitui jurisdição, sobretudo quando o patrimônio pode ser de apostadores.

O que os estados e os operadores podem fazer?

Nas ADPFs 492 e 493 e na ACO 3696, o STF fixou que os Estados exploram loterias em seus territórios e só a União atua em âmbito nacional. A União pode extinguir a modalidade, mas não contratos estaduais nem serviço público estadual em seu território. Os Estados podem acionar o STF (ADI e ação cível originária) ou a Justiça Federal; os operadores, o mandado de segurança e ações indenizatórias. O que não cabe é esperar: em trinta dias a extinção se consuma.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense>

se/2026/10/01/all.pdf

Para executivo da VW, é preciso aprender com os chineses

Europeus devem acelerar elétricos, reduzir custos e se adaptar à transformação, afirma Dirk Voeste

A Volkswagen precisa mudar para acompanhar a transformação da indústria automotiva provocada pelo avanço das fabricantes chinesas. A avaliação é de Dirk Voeste, diretor de Sustentabilidade da montadora, em entrevista à Fortune durante a Climate Week, em Nova York, no fim de setembro.

Para o executivo, as montadoras europeias não podem tentar preservar o modelo industrial do passado por meio de tarifas ou metas ambientais de longo prazo. Segundo ele, é necessário acelerar o desenvolvimento de carros elétricos mais acessíveis, melhorar as baterias e aprender com o mercado chinês, que vem pressionando os fabricantes tradicionais.

A China, que durante décadas foi um dos principais mercados para a Volkswagen, tornou-se também uma das maiores fontes de concorrência. Fabricantes locais avançaram em baterias, software e veículos elétricos, reduziram ciclos de desenvolvimento e passaram a oferecer produtos com preços menores e atualizações mais rápidas.

O movimento já afeta diretamente os negócios da Volkswagen. As entregas do grupo na China caíram 36,6% no segundo trimestre, segundo dados citados pela Fortune. A própria Volkswagen afirma que o mercado automotivo chinês recuou 20% na comparação anual e que sua participação diminuiu 26%.

A montadora atribui essa pressão a fatores como mudanças em subsídios e **impostos**, aumento dos preços dos combustíveis e uma forte competição por preços, que afeta a confiança dos consumidores e a demanda.

Ao mesmo tempo, a empresa alemã afirma que suas vendas de carros totalmente elétricos continuam crescendo no país. A montadora ainda mantém mais de 22% de participação no mercado de veículos com motores a combustão.

Para Voeste, a resposta não está em tentar bloquear a concorrência chinesa. "Você precisa encarar a competição como um desafio", afirmou.

A estratégia da Volkswagen na China, chamada de "na China, para a China", prevê maior desenvolvimento e produção local. Para Voeste, a presença das operações chinesas também pode servir para mostrar à companhia como as preferências dos consumidores estão mudando e em que velocidade a indústria precisa reagir.

SUSTENTABILIDADE PRECISA DAR LUCRO

Voeste também defende uma mudança na maneira como a Volkswagen trata a sustentabilidade. Quando assumiu o cargo, em 2023, encontrou diversos programas relacionados à descarbonização, à regulamentação, aos produtos e aos relatórios. A questão, segundo ele, era transformar todas essas iniciativas em uma estratégia integrada.

O resultado foi o programa Regenerate+, que reúne quatro áreas: natureza, pessoas, sociedade e negócios. Entre os objetivos estão a descarbonização, a economia circular e a biodiversidade.

A ideia é que sustentabilidade não seja apenas uma fonte de custos. Voeste cita negócios relacionados à remanufatura, ao condicionamento e à reutilização de peças e materiais como oportunidades para reduzir a dependência de matérias-primas e preservar valor mesmo depois que um veículo deixa de ser novo.

A Volkswagen resume a estratégia como "reduzir e crescer": reduzir custos, dependência da cadeia de fornecedores e impacto ambiental, enquanto amplia os negócios de remanufatura, reutilização e peças recondiçionadas.

A trajetória pessoal de Voeste também influencia sua visão sobre a transformação da indústria. Aos 64 anos, o executivo afirma que pertence a uma geração que se beneficiou da prosperidade do pós-guerra, com maior acesso à educação, à saúde, à energia e à mobilidade.

Ele conta que sua filha teve influência decisiva em sua decisão de aceitar o cargo na Volkswagen. Ao saber que o pai havia recebido uma proposta para comandar a área de sustentabilidade da empresa, ela teria dito: "Você precisa limpar a bagunça que sua geração deixou".

Para Voeste, a frase resume o desafio que enfrenta dentro de uma das maiores empresas industriais da Alemanha.

A comparação que faz é com Dortmund, sua cidade natal, que passou por décadas de dependência das indústrias de carvão e aço. Na avaliação do executivo, Europa e EUA correm o risco de repetir o erro se tentarem proteger tecnologias e modelos industriais que estão perdendo competitividade diante da eletrificação.

A Volkswagen, porém, também carrega contradições próprias. A companhia ainda enfrenta as consequências do escândalo Dieseldiesel, que envolveu a manipulação de testes de emissões e gerou bilhões de dólares em multas, acordos e outras penalidades.

Para Voeste, metas de sustentabilidade só têm valor quando são efetivamente incorporadas à operação da empresa. "Você precisa viver isso", afirmou. Para ele, não basta apresentar uma estratégia bem formulada se as decisões tomadas no dia a dia não estiverem alinhadas com ela.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo prorroga subvenção ao diesel e medida custará R\$ 10,5 bi

Taxa sobre petróleo cru segue necessária enquanto produto estiver em níveis extraordinários, avalia área econômica

O governo federal anunciou nesta terça-feira (27) a renovação, por mais um mês, da subvenção de R\$ 2,12 por litro de diesel, com custo potencial mensal de R\$ 10,5 bilhões. A subvenção havia sido anunciada inicialmente em setembro, em meio à escalada do preço do petróleo -por causa dos conflitos no Oriente Médio, e à proximidade da eleição presidencial. Após a renovação desta terça-feira, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou a jornalistas na sede da pasta que fará mais anúncios sobre o tema nas próximas semanas. Ele não deu mais detalhes.

Mas, segundo apurou o Valor, o governo deverá prorrogar a cobrança da alíquota de 12% do Imposto de Exportação sobre o petróleo bruto, considerando a manutenção do preço do barril do Brent acima de US\$ 100. A avaliação de fontes do Executivo é que o imposto, de caráter regulatório, continua necessário enquanto o petróleo estiver em níveis considerados extraordinários.

A nova prorrogação do imposto deverá passar pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), que se reunirá em 5 de novembro. Na última vez, o colegiado aprovou a extensão em 27 de agosto, por 60 dias, com vigência a partir de 8 de setembro. O cenário atual, na avaliação do governo, ainda justifica a manutenção da cobrança. O petróleo Brent fechou nesta terça-feira a US\$ 113,88 o barril. A avaliação, no entanto, poderá ser revista caso as cotações recuem e esse parâmetro deixe de ser observado. Seria a terceira prorrogação da cobrança.

Apesar disso, as exportações de petróleo têm aumentado, movimento que deve levar a conta entre as receitas extras e as medidas para conter os preços dos combustíveis para perto da neutralidade fiscal nos próximos meses, de acordo com as estimativas oficiais.

No cenário atual, considerando as políticas de combustíveis que vêm sendo renovadas mensalmente, a alta do petróleo gera R\$ 11,8 bilhões por mês em receitas adicionais, enquanto as medidas adotadas para conter os preços têm custo de R\$ 15,7 bilhões, deixando um impacto líquido negativo mensal de R\$

3,9 bilhões.

O descasamento mensal de R\$ 3,9 bilhões entre receitas e despesas tende, porém, a diminuir nos próximos meses. Do lado dos gastos, a subvenção adicional ao diesel importado, a princípio, não deverá ser renovada. Nesse caso, o governo criou subvenção de R\$ 1,40 por litro exclusivamente para o combustível importado, com custo estimado de R\$ 1,6 bilhão nos próximos 30 dias. O valor se soma justamente à subvenção de R\$ 2,12 por litro já concedida ao diesel, tanto importado quanto nacional. Do lado das receitas, o aumento do volume exportado de petróleo tende a elevar a arrecadação.

A estimativa inclui R\$ 3,5 bilhões

por mês com o Imposto de Exportação, R\$ 3 bilhões com royalties e participações especiais, R\$ 3,2 bilhões com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e R\$ 2,2 bilhões com dividendos. Os valores representam médias mensais e não significam que essas receitas ingressem a cada mês, já que algumas estão sujeitas a sazonalidades e diferentes calendários de recolhimento e pagamento.

Do lado das despesas, são R\$ 2,8 bilhões com as desonerações da gasolina e do etanol, R\$ 800 milhões

com a subvenção ao etanol, R\$ 10,5 bilhões com o diesel e R\$ 1,6 bilhão com a subvenção adicional ao diesel importado.

As medidas para gasolina, etanol e diesel importado foram anunciadas em 9 de outubro, com validade de 30 dias. O governo zerou os **tributos** federais sobre a gasolina e o etanol, elevou de R\$ 0,25 para R\$ 0,43 por litro a subvenção ao etanol e criou o subsídio adicional de R\$ 1,40.

O efeito do aumento das exportações ainda não aparece integralmente nos números porque há

uma defasagem de cerca de dois meses no recolhimento do Imposto de Exportação sobre o petróleo. Assim, o dado de arrecadação de setembro, por exemplo, refletiu os embarques realizados em julho.

Desde então, o volume exportado cresceu 9% em agosto, 40% em setembro e 22% em outubro, na comparação mensal. Com esse movimento, a arrecadação mensal com o tributo pode se aproximar do dobro da média atual, de cerca de R\$ 3,5 bilhões.

Inflação da indústria acelera e vai a 1,54% em setembro

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), conhecido como a **inflação** da indústria ou de "porta de fábrica", por considerar os preços sem **impostos** e fretes, subiu 1,54% em setembro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em agosto, houve alta de 0,34%.

Com o desempenho de setembro, o IPP acumula alta de 5,04% em 2026. No resultado em 12 meses até setembro, há aumento de 4,34% no indicador.

Das 24 atividades acompanhadas pelo IPP, 16 registraram alta de preços em setembro. O IPP é formado por dois índices: o da indústria de transformação e o da indústria extrativa.

A taxa na indústria de transformação passou de 0,17% em agosto para 1,12% em setembro. O IPP da indústria extrativa subiu 11,04% em setembro, depois de alta de 4,34% em agosto.

Os alimentos, as indústrias extrativas e o segmento de refino de petróleo e biocombustíveis responderam por quase a totalidade (98,1%) da alta da **inflação** do setor industrial em setembro.

Os preços de alimentos subiram 2,40%, com influência de 0,58 ponto percentual (p.p.) na taxa de 1,54% do IPP, ou 37,7% do total. As indústrias extrativas, por sua vez, registraram aumento de 11,04%, com impacto de 0,47 p.p.. Isso representa 30,5% do total do IPP.

Os preços de refino de petróleo e biocombustíveis avançaram 4,88% e responderam por 0,46 p.p. da taxa de 1,54% do IPP ou 29,9% do total.

Somadas, as influências dos três segmentos somam 98,1% do IPP.

Nos alimentos, derivados da cana-de-açúcar e da soja são os quatro produtos de maior influência no resultado, com 1,66 p.p., da variação de 2,40%.

Segundo o IBGE, o aumento dos preços desses produtos esteve, de forma geral, ligado a uma menor disponibilidade (no caso do açúcar, um processamento maior da cana voltada ao etanol contribuiu para isso). Dúvidas em relação ao alcance do El Niño também aceleraram a demanda, particularmente no caso da

soja.

Nas indústrias extrativas, o IBGE atribuiu os resultados principalmente aos "óleos brutos de petróleo", produto de maior peso na estrutura da atividade. O comportamento reflete as oscilações observadas no mercado internacional, em um contexto de complicações nos conflitos no Oriente Médio, com reflexos sobre a logística no estreito de Ormuz.

No refino de petróleo, quatro produtos, entre eles "gasolina, exceto para aviação", foram responsáveis por 4,49 p.p. da taxa de 4,88%. Os demais seis produtos exercem também uma influência líquida positiva de 0,39 p.p.

Tarcísio fala em "forçada direita" e prega oposição a Lula

"Reconhecer o resultado [vitória de Lula sobre Flávio] não significa calar sobre os excessos" Tarcísio de Freitas

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), defendeu a unidade da direita no país e cobrou uma "oposição vigilante" ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao se manifestar pela primeira vez sobre o resultado de domingo.

Em um vídeo postado nas redes sociais na terça-feira (27), no momento em que já circulavam rumores da saída do ex-presidenciável Flávio Bolsonaro (PL) do Brasil, Tarcísio reconheceu a vitória de Lula e instou os eleitores de Flávio a olharem para a frente. Reeleito no primeiro turno em São Paulo, ele repetiu seis vezes que "a eleição passou", mas disse que os problemas nacionais continuam existindo e demandam um "projeto de país".

O afastamento de Flávio do Brasil foi interpretado, por interlocutores de Tarcísio, como um cenário que pode favorecer a consolidação do governador como nome para a disputa presidencial de 2030. Esses aliados ressaltam, contudo, que o próprio governador não trata da questão diretamente e descarta romper com a família Bolsonaro. Um dos interlocutores pontuou que "2030 está muito longe", mas endossou a avaliação de que uma candidatura presidencial do governador pode ganhar força com uma desorganização do clã.

Tarcísio não comentou a saída de Flávio do país. Consultados, aliados responderam que ele desconhecia o plano, foi surpreendido com as informações e só soube do assunto pelo noticiário. Um auxiliar que falou à reportagem sob reserva disse que, em sua avaliação pessoal, a decisão do ex-presidenciável de cruzar a fronteira seria justificável, endossando a versão bolsonarista de que o Brasil vive quadro comparável a uma "ditadura", com abusos do Judiciário e ações contra dissidentes políticos.

O governador, segundo relatos, discordou da decisão do aliado de pedir a anulação da eleição e, mesmo tendo acompanhado a apuração com o senador em Brasília, ausentou-se do discurso na noite de domingo (25) em que ele sugeriu questionar o resultado. No dia seguinte, após reunião com a participação de Tarcísio e outros aliados, o senador voltou atrás e afirmou que pediria a cassação da chapa de Lula por abuso de

poder político e econômico.

O governador, que apoiou Flávio, emitiu seu posicionamento em um vídeo de pouco mais de 2 minutos, com imagens de simpatizantes de Flávio em atos de campanha. Ele fez um agradecimento aos quase 60 milhões de eleitores que foram "tomados por um sentimento de mudança" e mencionou uma vez o candidato derrotado. "Obrigado, Flávio, por caminhar

com a gente. Foi incrível essa caminhada. Obrigado a vocês que estiveram na arena, e isso ninguém apaga", afirmou.

Tarcísio também ressaltou o fortalecimento da direita no último ciclo eleitoral, com aumento das bancadas para Câmara dos Deputados e Senado, além da vitória de governadores de oposição ao PT, muitos já no primeiro turno. Segundo ele, é preciso uma "oposição vigilante" agora.

"A direita brasileira recebeu das urnas uma responsabilidade, recebeu força no Congresso e nos Estados. Agora, é hora de unidade, de uma oposição vigilante, que cobre responsabilidade fiscal, que proponha aquilo que melhora a vida das pessoas e que fiscalize de perto quem governa pelos próximos quatro anos. Porque, se a economia piorar, não vai piorar só para quem votou de

um lado, vai piorar para todos os brasileiros", afirmou. Ele disse ainda que "o Congresso terá um papel fundamental na sonhada pacificação do país, no aperfeiçoamento do sistema político e no funcionamento das instituições, incluindo o Judiciário".

Tarcísio também afirmou que "o país continua fraturado e dividido" pós-eleição e que isso exige "muita responsabilidade de quem lidera". "A eleição passou, mas não passou o desejo de ministérios com gente técnica e séria; de um governo que corte gastos e tire o peso dos **impostos** das costas do cidadão; de um país que não gaste mais com os juros da dívida do que com o saneamento básico, saúde, educação; de um país que empreende e tira as pessoas da vulnerabilidade; que corte privilégios, antes de pedir sacrifício; que combata o

crime de verdade, não só no discurso. Esse desejo tem nome: chama-se projeto de país."

Ele também disse que a eleição foi marcada por "uso da máquina, programas lançados fora do prazo e interferência do Judiciário", o que precisa deixar lições. "Reconhecer o resultado não significa calar sobre os excessos."

Em referência indireta ao "pacote de bondades" de Lula nas semanas anteriores à eleição, com impacto fiscal relevante, disse que "as promessas de campanha precisam ser examinadas com rigor, porque a conta sempre chega para o contribuinte". E falou que, no dia seguinte à reeleição de Lula, a situação foi de "investidores saindo [do país], a Bolsa despencando, empresas perdendo valor, o câmbio disparando". Por fim, afirmou que seu plano é "seguir trabalhando em São Paulo".

Analistas reveem projeções para bancos após reeleição

Analistas de corretoras ("sellside") estão começando a revisar suas projeções para os resultados dos bancos brasileiros após a vitória surpreendente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições. A premissa é que um ajuste fiscal, se vier, será muito gradual, e, assim, deve haver maior pressão sobre a política monetária. O cenário de juros altos afeta a economia, impulsiona a inadimplência e prejudica receitas de banco de investimento.

Em um relatório intitulado "De volta à primeira casa, mas com riscos maiores", analistas do Citi rebaixaram as recomendações para Bradesco, PagSeguro, B3, XP e BR Partners para "neutro", além de cortarem Banco do Brasil para "venda".

"Acreditamos que o cenário póseleições reforça a perspectiva de taxas de juros elevadas por um período mais prolongado, tornando mais atraentes os ativos que oferecem lucros previsíveis, forte retorno de capital e geração de caixa no curto prazo. O reposicionamento do nosso portfólio privilegia instituições financeiras com menor duration e empresas menos expostas à volatilidade econômica."

Para o UBS BB, instituições que se beneficiariam mais com um cenário de juros menores, como BTG, XP e Inter, tendem a sofrer uma correção maior em suas ações agora. Por outro lado, algumas políticas positivas do governo Lula para o setor, como o Desenrola 3 e a proibição de bets (que estavam impulsionando a inadimplência), podem trazer algum alívio para os bancos.

Eles apontam que as ações de Itaú e Bradesco subiram menos que outros pares após a euforia com o resultado do primeiro turno favorável a Flávio Bolsonaro e, assim, podem sofrer menos agora. "Como o Itaú não seria tão afetado por um cenário de taxas de juros mais baixas, uma reversão desse cenário também não deveria afetar de forma relevante o seu resultado financeiro. Por outro lado, o "valuation" do Itaú encontra-se em um patamar relativamente elevado (10,4 vezes o preço/lucro projetado para 2026)."

Na avaliação do BTG, o montante de aproximadamente R\$ 300 bilhões em medidas anunciadas durante a campanha intensificou as preocupações com as perspectivas fiscais, ao passo

que um dólar mais forte pode exercer pressão adicional sobre as expectativas de **inflação**. "A menos que sejam adotadas medidas mais concretas para alterar essas expectativas, avaliamos que aumentou o risco de um "pouso forçado" na economia brasileira no próximo ano."

Eles apontam que as preocupações com o ciclo de qualidade dos ativos já eram significativas e tendem a se intensificar. "Observamos um risco de queda relevante em nossas estimativas para o Banco do Brasil, especialmente considerando o que prevemos ser um terceiro trimestre bastante fraco. O Bradesco também pode enfrentar riscos de queda em relação ao consenso de mercado, enquanto continuamos esperando que o Itaú apresente resultados satisfatórios".

Em relatório sobre os balanços do terceiro trimestre, a XP diz que, olhando para a frente, uma maior incerteza macroeconômica e o recente reajuste na precificação das taxas de juros podem pesar sobre a atividade nos mercados de capitais no quarto trimestre, criando um cenário mais desafiador para o setor.

Já o Itaú BBA, ao manter a recomendação de "compra" para XP, admitiu que isso pode parecer contraintuitivo, mas explica: "Os clientes da XP são poupadores, o que pode proporcionar maior flexibilidade financeira para enfrentar os desafios **impostos** pela **inflação**. E, considerando que a maioria dos instrumentos de dívida no Brasil está atrelada ao CDI, taxas de juros mais elevadas podem proteger - ou até mesmo aumentar - o patrimônio líquido desses clientes." E acrescenta que a "XP também apresenta menor risco de queda decorrente de exposição ao crédito do que seus pares", diz.

Com força nos EUA, Gerdau prepara plano para Brasil

"Resultados dão tranquilidade para recuperação brasileira ter tempo adequado" Gustavo Werneck

A Gerdau informou ontem (27) que prepara um plano para aumentar a competitividade de sua operação no Brasil. A afirmação veio após um terceiro trimestre em que a unidade de negócios da América do Norte sustentou novamente os resultados financeiros, enquanto no país, apesar de uma melhora gradual, a companhia seguiu pressionada pela oferta elevada de aço importado.

"Estamos trabalhando no plano e vamos dar mais visibilidade a ele no "investor day" [que acontece em dezembro]", disse Gustavo Werneck, presidente. Este plano, indicou o comando, deve prever redução de custos e otimizações que busquem ganhos de eficiência.

No terceiro trimestre, o lucro ajustado somou R\$ 1,5 bilhão, a receita, R\$ 18,7 bilhões, e o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado, R\$ 3,77 bilhões, altas anuais de 39,7%, 3,9% e 37,8%, respectivamente.

Nesse período, a América do Norte respondeu por 55,6% da receita e 76,4% do Ebitda consolidado, com margem de 27,7%, alta de 7,9 pontos percentuais, acima das estimativas mais otimistas do BTG Pactual. Essa exposição ao mercado americano, disse o banco, assim como Citi, Bradesco BBI e BB Investimentos, torna a empresa uma das mais beneficiadas por eventual desvalorização do real, como a que aconteceu nesta semana após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Para a maior parte dos bancos, o resultado reforça a percepção de que a operação americana segue sendo o principal motor de crescimento e rentabilidade da companhia, compensando o ambiente mais desafiador na América do Sul e, em menor grau, no Brasil.

Essa contribuição deve continuar crescente. Segundo Werneck, a demanda por aço na América do Norte, sobretudo nos Estados Unidos, cresce desde a primeira administração de Donald Trump, não apenas sob influência da demanda de setores como o de data centers, mas também de Defesa,

para a fabricação de submarinos, por exemplo. "O que nos dá tranquilidade de pensar que nossa recuperação no Brasil vai ter o tempo adequado de ser feito, já que nossos resultados nos EUA continuarão bastante saudáveis."

Apesar de quedas na receita e nas vendas de aço, o J.P. Morgan disse que o Ebitda ajustado da operação brasileira ainda veio 22% acima de suas projeções. Para analistas do banco, assim como para o Citi e o BTG, a operação na América do Sul foi a mais fraca do trimestre, afetada pela deterioração da atividade industrial na Argentina. O país representa uma fatia de apenas 7,6% da receita total da empresa, contra 36,8% do Brasil.

A ambição de recuperação no país acontece enquanto a Gerdau também revê planos. Ontem, a empresa informou que saiu da iniciativa conjunta que estruturava uma pelo Porto Sudeste, ativo que poderia torná-la mais competitiva na mineração de ferro. O arranjo seria liderado junto com a gestora Global Infrastructure Partners (GIP) com apoio da Vale. A Bloomberg revelou, no fim da tarde, que Trafigura Group e Mubadala Capital engavetaram a venda do ativo depois de receberem ofertas abaixo do que buscavam. O mercado de minério de ferro passa por um momento de alta do frete marítimo e volatilidade de preço.

Mas a Gerdau disse que ainda vê espaço para expandir o negócio na commodity. "É uma avenida que visualizamos, eventualmente, explorar, mas hoje não temos plano concreto. Nosso foco é o "ramp-up" em Miguel Burnier [projeto de minério de ferro em Minas Gerais]."

Esse projeto também compõe as medidas da empresa que visam ao aumento da rentabilidade, e recebeu investimento de cerca de R\$ 3,2 bilhões para expandir a produção de minério de ferro em 5 milhões de toneladas ao longo de 2027.

A reeleição de Lula é indicativo positivo para o plano de recuperação no país, avalia a empresa. A Gerdau espera continuidade de medidas de defesa comercial que vinham sendo adotadas para proteger a indústria doméstica do aço importado. "O fato de o governo atual já conhecer a gravidade do tema é positivo. Acredito que, certamente, haverá continuidade do que

já foi feito", disse o executivo.

O apetite no Brasil também dependerá de outros fatores. A empresa disse esperar mudanças profundas no equilíbrio fiscal para diminuir a taxa de juros. "Quanto mais cedo essas mudanças aparecerem, melhor, porque é melhor para os investimentos", disse o diretor financeiro, Rafael Japur.

Otimismo com IA impulsiona ações em NY antes de decisão do Fed

Luana Reis, Artur Scaff e Cristiana Euclides

Em meio ao renovado otimismo dos investidores com a tese de inteligência artificial (IA), as ações de tecnologia novamente impulsionaram os índices S P 500 e Nasdaq, enquanto os participantes do mercado aguardam resultados importantes, como da Microsoft e Alphabet, nesta semana.

O desempenho das bolsas também foi favorecido por um alívio nos preços do petróleo, em meio a sinais de avanços nas negociações no Oriente Médio. No mercado de Treasuries, os rendimentos subiram nos vencimentos curtos, enquanto o resto da curva pouco oscilou, antes da decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed).

Em Nova York, o índice Nasdaq, que concentra empresas de tecnologia, fechou em alta de 1,18%, aos 26.477,811 pontos, e o S P 500 subiu 0,60%, aos 7.722,67 pontos, com impulso das ações ligadas ao desenvolvimento de inteligência artificial. O Dow Jones, por outro lado, terminou o dia perto da estabilidade (0,03%), aos 52.378,40 pontos.

Os documentos de abertura de capital da Anthropic ajudaram a reavivar o entusiasmo dos investidores pelo setor de inteligência artificial, após uma onda de vendas nas últimas semanas diante da preocupação com o elevado endividamento das empresas do setor e dúvidas em relação à sustentabilidade dos investimentos na tecnologia. A percepção foi de que os documentos apresentados para o IPO (sigla em inglês para oferta pública inicial) mostram números sólidos. A receita da empresa somou US\$ 16,3 bilhões apenas no primeiro semestre deste ano e, em junho, havia um montante de US\$ 131,7 bilhões em caixa.

As fabricantes de chips e semicondutores ficaram entre as maiores altas na bolsa americana nesta terça-feira, com destaque para a Microchip Technology (5,63%), AMD (5,45%) e a Broadcom (4,0%). O índice Filadélfia de semicondutores fechou em firme alta de 3,60%, aos 11.482,5 pontos. Ao longo desta semana, a Microsoft,

Alphabet e a Amazon divulgam seus resultados trimestrais, o que pode confirmar esse otimismo entre os investidores em relação às empresas ligadas ao desenvolvimento de inteligência artificial.

O bom desempenho das bolsas americanas também foi favorecido por um recuo nos preços do petróleo, em meio a sinais de avanços diplomáticos para acabar com o conflito entre os EUA e o Irã, embora o cenário permaneça incerto no Oriente Médio. No fechamento, o contrato do Brent (referência mundial) com vencimento em janeiro teve queda de 1,67%, cotado a US\$ 113,88 por barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

No mercado de Treasuries, o dia foi de cautela antes da decisão do Fed nesta quarta-feira, para qual é amplamente esperada uma manutenção do atual nível de juros entre 3,75% e 4,0%. Ainda assim, investidores estarão atentos a sinais sobre os próximos passos da política monetária nos Estados Unidos, com a expectativa de um tom mais conservador sobre o controle da **inflação**. Os rendimentos dos títulos tiveram alta nos vencimentos curtos, mas rondaram a estabilidade no resto da curva, mesmo diante dos dados sólidos de bens duráveis e dos números de confiança do consumidor acima do esperado.

No fim do dia, o rendimento do Treasury com vencimento em 2 anos subiu de 4,709%, no fechamento anterior, para 4,745%, enquanto o do Treasury de 10 anos tinha alta de 4,992% para 5,003%, e o do Treasury de 30 anos oscilou de 5,304% para 5,314%. O índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de outras seis moedas fortes, subiu 0,40%, aos 102,368 pontos, por volta das 18h (de Brasília).

O Bank of America (BofA) acredita que a curva de juros americana pode ficar mais inclinada, caso a entrevista à imprensa do presidente do Fed, Kevin Warsh, após a decisão de política monetária não convença os mercados de que o banco central está comprometido com o combate à **inflação**. "O mercado ainda não formou uma visão clara sobre como Warsh reage aos dados e às condições econômicas, e acreditamos que a incerteza continua elevada."

Tesouro socorre mercado de juros com recompra de R\$ 31 bi

Operações do Tesouro desde segunda já chegam a R\$ 31,6 bilhões em recompras, terceiro maior volume semanal da história

A histórica reprecificação dos mercados de juros no Brasil com a surpreendente reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para um quarto mandato foi seguida de um pregão de alívio na terça-feira, em que as taxas devolveram parte relevante do estresse acumulado no início da semana. O movimento contou com o apoio do Tesouro Nacional, que voltou a intervir no mercado com uma nova recompra de NTN-Bs, os títulos da dívida pública atrelados à **inflação**, elevando a mais de R\$ 30 bilhões o volume das operações nesta semana.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento de janeiro de 2029 cedeu de 15,225% a 14,76%, ao passo em que o juro real da NTN-B para agosto de 2040 recuou de 7,94% a 7,60%.

O alívio, segundo participantes do mercado consultados pelo Valor, foi movido por uma entrada de capital depois das perdas significativas da segunda-feira - as maiores da história nos juros futuros em termos nominais no período de um único pregão. Para eles, o movimento de ontem pouco teve a ver com sinalizações ou especulações a respeito do novo governo Lula.

"É uma correção do movimento de ontem [anteontem]. Investidores estrangeiros aproveitaram para aplicar [apostar na queda das taxas] e vender dólar [contra o real]", diz um gestor de renda fixa de uma casa da Faria Lima. Segundo ele e outros participantes do mercado, a segunda-feira bateu o recorde de volume negociado nos contratos de DI, o que gerou uma redução de posições tão forte que deu espaço para a correção, junto da nova intervenção do Tesouro.

Depois de realizar a terceira maior intervenção diária da história ao recomprar papéis a um custo total de R\$ 14,81 bilhões, o órgão voltou a intervir ontem e superou o volume da véspera, com uma recompra de pouco mais de 2,8 bilhões de NTN-Bs a um volume financeiro de R\$ 16,79 bilhões.

Somadas, as operações desta semana já chegaram a R\$ 31,6 bilhões em recompras - terceiro maior volume financeiro semanal da história - atrás apenas de março

de 2020, período de estresse causado pelo choque inicial da pandemia de covid-19, e de março de 2026, quando o mercado precisou ser resgatado após o início da guerra no Oriente Médio.

No entanto, em termos de risco retirado do mercado (medido pela métrica de DV01), a intervenção desta semana já é a maior desde, pelo menos, 2013, ao produzir um alívio de R\$ 19,104 milhões, segundo dados da Necton Investimentos. O volume de DV01 retirado das curvas nesta semana ultrapassou, assim, a intervenção de março de 2020, quando o Tesouro retirou R\$ 19,052 milhões em DV01 do mercado.

Para o sócio-fundador da Eytse Estratégia, Sérgio Goldenstein, é impossível separar no desempenho dos juros ontem o que foi um alívio natural depois do estresse da segunda-feira do impacto da atuação do Tesouro na recompra de NTN-Bs. "O que dá para falar de forma genérica é que a recompra vai gerar um alívio temporário, mas não resolve a questão de fundo", diz ele, referindo-se ao temor do mercado de uma política fiscal desequilibrada no governo Lula 4.

"Se a questão fiscal não for encaminhada, recomprar seria como enxugar gelo. Dá para fazer um paralelo com os Estados Unidos, onde os juros longos estão pressionados e o Tesouro fez recompras, mas foi amplamente criticado por não lidar com a questão de fundo", aponta Goldenstein.

Em condição de anonimato,

um importante executivo da tesouraria de um grande banco avalia a atuação do Tesouro como "perfeita e tempestiva", uma vez que deu ao mercado a condição de se regular sozinho depois de um estresse que interrompeu os negócios diversas vezes na segunda-feira. Para ele, o fato de o Tesouro ter optado por mais um leilão de recompra de NTN-Bs se deu justamente porque o mercado de títulos atrelados à **inflação** teve mais dificuldade de encontrar um ponto de equilíbrio.

"As NTN-Bs têm uma característica ainda mais complicada porque são um mercado de balcão [cujas negociações ocorrem sem a intermediação da bolsa de valores], e por isso há uma dificuldade maior de descoberta de preços", diz esse executivo. "O leilão [de segunda-feira] foi às 16h e os "calls" de fechamento vieram logo depois e com uma piora ainda

bastante

acentuada, o que justificou o leilão até maior de hoje [ontem]."

Ele destaca ainda a alta aceitação na recompra de terça. Se, na véspera, o Tesouro recomprou pouco mais da metade do lote de 3 milhões de NTN-Bs, ontem esse percentual subiu para 95,4% do lote de 4 milhões de papéis.

Goldenstein também afirma que, por conta de um prazo médio mais elevado, retirar NTN-Bs do mercado gera uma redução de risco maior a um volume financeiro mais baixo do que ocorreria com recompras de papéis prefixados como as LTNs e NTN-Fs. No entanto, ele é mais crítico à atuação do Tesouro ao apontar que o foco do estresse estava nos papéis prefixados. "Acho que seria mais eficaz fazer algo mais equilibrado do que concentrar nas NTN-Bs."

Além disso, recomprar as NTN-Bs contribuiu para que, na segunda-feira, os juros futuros saltassem

muito mais que as taxas reais das NTN-Bs, ampliando um aumento já esperado das medidas de **inflação** implícita. Segundo o sóciofundador da Eytse Estratégia, a atuação do Tesouro acabou ampliando a distorção de um mercado de NTN-Bs que já estava distorcido, reduzindo ainda mais a sua atratividade para os investidores.

Para o executivo de tesouraria citado anteriormente, é provável que as atuações do Tesouro neste início de semana já tenham sido suficientes para ajudar o mercado a respirar e encontrar pontos de equilíbrio.

"Não vejo mais necessidade [de novas recompras]. Nos prefixados fez certo, com um leilão nem tão grande e já vemos o mercado totalmente funcional. E, nas NTN-Bs, por enquanto a impressão que tenho é que parece que foi o suficiente para o mercado ter alguma funcionalidade."

Janela para rearranjos das forças de esquerda e direita

Concluída a eleição, esquerda e direita devem passar por processos de reorganização de suas forças políticas. À esquerda, o que se espera é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lidere pessoalmente o processo e não repita o "erro" dos últimos quatro anos de não aproveitar o comando do governo central para fortalecer novas lideranças e partidos aliados - não apenas o PT. A avaliação é que, em caso de derrota no domingo (25), a esquerda só voltaria ao poder em um horizonte de longo prazo, o que não ocorreu por muito pouco. Em relação à direita, o desafio é distinto: aproveitar a fuga de Flávio para os Estados Unidos e abrir caminho a uma liderança que não tenha o sobrenome nem dependa do crivo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

No PT, o revés do primeiro turno gerou cobranças para que o partido inicie uma fase de autorreflexão, inclusive realizando uma reforma interna. Alguns dirigentes querem um reforço das estruturas municipais da legenda em todo o país, por exemplo, mas há um debate mais profundo que precisará ser enfrentado. O partido foi criado em 1980, conectado ao sindicalismo e a setores da Igreja Católica, como as Comunidades Eclesiais de Base, a Teologia da Libertação e pastorais sociais. Igreja e classe trabalhadora são estruturas sociais "parrudas", nas palavras de um aliado de Lula, mas que enfrentam intensas mudanças desde então.

O eleitorado religioso mudou. Houve um fortalecimento das lideranças evangélicas, que têm demonstrado capacidade de mobilização para reduzir a abstenção desse segmento da população e direcionar votos majoritariamente para a direita. PT e Lula pensaram para as eleições deste ano uma nova estratégia para se aproximar dos evangélicos, mas no fim das contas aproveitaram uma polêmica envolvendo Nossa Senhora Aparecida para atacar a candidatura adversária.

Outra aposta de Lula foi a aprovação da emenda constitucional que acaba com a escala 6x1. Apesar dos alertas feitos por especialistas para o impacto da PEC na produtividade e na **inflação**, a proposta avançou e ajudou Lula a dar uma arrancada final no segundo turno. Mas o PT, que surgiu junto com o avanço do novo sindicalismo e as discussões para a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), permanece tendo dificuldades para criar pontes com

os trabalhadores por aplicativo, autônomos e microempreendedores individuais.

Trata-se de uma nova classe de trabalhadores. Há tempos pesquisas de opinião que circulam no governo e na iniciativa privada mostram uma maior identificação dos trabalhadores por aplicativo com a oposição: em 2022, a regulamentação da atividade chegou a ser um tema da campanha e o governo Lula até tentou avançar com a discussão no Congresso mais recentemente, porém o projeto empacou.

Em outra frente, contudo, o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte anunciou durante a campanha um conjunto de medidas que pode alcançar cerca de 17,6 milhões de microempreendedores individuais em todo o país. O pacote prevê o perdão de dívidas, a ampliação do limite de faturamento para se enquadrar no regime tributário especial, a permissão de contratação de mais funcionários e a concessão de até R\$ 5 mil para investimentos.

Minoritária no Congresso e com menos governadores eleitos, a esquerda precisará rever a estratégia para as próximas eleições parlamentares. Muitos deputados federais do PT que se reelegeram perderam votos, em relação à disputa de 2022. Além disso, PDT, Psol e Rede não passaram a cláusula de barreira. Sem acesso ao fundo partidário e a tempo de televisão, terão dificuldades para funcionar. A criação de uma grande federação pode ser uma saída.

Nos bastidores, há também uma cobrança para que Lula prestigie novas lideranças locais - e não apenas as que podem sucedê-lo como candidato a presidente da República, em 2030. O Distrito Federal é citado como exemplo: o candidato do PT ao governo, Leandro Grass, foi nomeado para a presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e passou o terceiro mandato com poucas ferramentas para se projetar. Perdeu para Celina Leão (PP) por 57,18% a 42,82%.

A direita perdeu a Presidência, mas encerra 2026 com capital eleitoral robusto. O senador Flávio Bolsonaro (PL) obteve 59.826.041 votos no segundo turno - um número que demonstra a disposição de uma parcela relevante do eleitorado em apoiar qualquer um que esteja no campo oposto ao PT.

A direita também elegeu bancadas fortes no Senado e na Câmara dos Deputados, além de diversos governadores. Possui um número considerável de prefeitos, vereadores e deputados estaduais, e isso sem falar no fato de contar com os políticos mais populares em Estados estratégicos: o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), em São Paulo, e o deputado Nikolas Ferreira

(PL-MG), por exemplo.

O PL elegeu, proporcionalmente, os deputados federais mais bem votados em Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Ceará. Republicanos, PL e PP governarão, juntos, Estados que somam 64,4% do eleitorado brasileiro.

Flávio pode até dizer que saiu do país por supostamente ser um perseguido político e, agora, irá guiar a oposição do "exílio". No entanto, sua fuga representa uma oportunidade única para que lideranças e eleitores de direita construam um caminho próprio, independente do clã Bolsonaro.